



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E  
SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**NORMAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E NO CHILE**

ADRIANA MARTINS SÁ

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999

# NORMAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E NO CHILE

CSFEAT

ADRIANA MARTINS SÁ

Orientadora: Profa. FÁTIMA DE SOUZA FREIRE

CSFEAT

Monografia apresentada à  
Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária,  
Contabilidade e Secretariado, para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

FORTALEZA- CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Cursos de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/> <p>Adriana Martins Sá</p>	<hr/> <p>Média</p>
<hr/> <p>Profa. Fátima de Souza Freire Profa. Orientadora</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>Prof. Antônio Carlos Coelho Membro da Banca Examinadora</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>Prof. Osório Cavalcante Araújo Membro da Banca Examinadora</p>	<hr/> <p>Nota</p>

# **Normas e práticas contábeis no Brasil e no Chile**

## **RESUMO**

A globalização está alterando de maneira fundamental o cenário econômico mundial. Esse fenômeno vêm obrigando os profissionais de contabilidade a se adaptarem a mudanças no seu ambiente profissional, não só em termos de normas e práticas, como também de conceitos e objetivos.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de fornecer uma visão geral das normas e práticas adotadas no Brasil e no Chile, mostrando as principais diferenças entre práticas contábeis adotados nesses países.

Primeiramente, discorremos sobre os sistemas de normas contábeis do Brasil e do Chile, os princípios fundamentais de contabilidade e conhecemos um pouco sobre os organismos que regulamentam a profissão e editam as normas contábeis nesses países.

Num segundo momento, foi feita uma análise das principais práticas contábeis adotadas nos países estudados, estabelecendo uma relação entre elas.

Na terceira e última etapa do trabalho enfocamos assuntos relacionados às demonstrações contábeis do Brasil e do Chile, através da análise da forma e conteúdo das demonstrações financeiras e apresentação dos modelos de demonstrações contábeis de empresas de energia elétrica do Brasil e do Chile. Abordamos os métodos de conversão de demonstrações para moeda estrangeira e tratamos superficialmente da consolidação das demonstrações contábeis.

Esta pesquisa foi realizada a partir de um estudo teórico e prático aprofundado sobre o assunto abordado, contando também com uma discussão com profissionais especializados, que possuem experiências práticas na área estudada.

Por fim, concluímos que não há diferenças marcantes entre as práticas contábeis de um e outro país. Pudemos observar que a tendência atual no cenário contábil é o de harmonização das normas a nível mundial e que, tanto o Brasil quanto o Chile, têm participado ativamente desse processo de harmonização, através das entidades que emitem normas e regulam a profissão contábil nesses países.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. NORMAS, PRINCÍPIOS E ENTIDADES QUE REGULAMENTAM A CONTABILIDADE NO BRASIL E NO CHILE	03
1.1 Normas de contabilidade	03
1.2 Princípios Fundamentais de Contabilidade	07
1.3 Entidades que regulamentam a profissão	13
2. PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E NO CHILE	16
2.1 Investimentos permanentes em outras sociedades	16
2.2 Ágio e amortização	19
2.3 Estoques	21
2.4 Reavaliação de ativos	23
2.5 Correção monetária	24
2.6 Dividendos	27
2.7 Transações entre partes relacionadas	29
2.8 Tratamento de mudanças contábeis	30
3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	33
3.1 Como e quando elaborar as demonstrações	33
3.2 Contabilização de investimentos permanentes no exterior e método de conversão para moeda chilena	58
3.3 Investimento societário no exterior e critérios de conversão de demonstrações contábeis de outras moedas para moeda brasileira	62
3.4 Consolidação de demonstrações financeiras	64
CONCLUSÃO	66
BIBLIOGRAFIA	68
ANEXOS	70

## INTRODUÇÃO

Vivemos em meio a um processo de mudanças na economia mundial. A internacionalização da economia, a expansão de grandes grupos e a criação de mercados comum confirmam que a globalização é um processo irreversível. Diante desse novo cenário que se apresenta, podemos constatar a entrada de grandes grupos estrangeiros no mercado brasileiro, fato consolidado com a política de privatização adotada pelo governo brasileiro.

O mundo está se globalizando, fortalecendo o contato entre as pessoas, obrigando-as à comunicação e ao entendimento através de uma linguagem padrão, exigindo também que as empresas sejam mais flexíveis e que os profissionais tomem consciência das tendências internacionais em suas áreas de atuação.

A contabilidade não poderia ficar de fora de todo esse processo de integração econômica que estamos vivenciando, até porque se apresenta como o melhor instrumento de avaliação do desempenho da atividade empresarial para efeito gerencial, de investimento e de garantia, para fornecedores e clientes, da confiabilidade e solidez das empresas envolvidas.

Com essa nova realidade, os profissionais de contabilidade têm buscado cada vez mais adquirir conhecimentos na área internacional, pois surge novas oportunidades de atuação na contabilidade. O grande desafio que encontramos decorre da diversidade de princípios contábeis utilizados pelos diferentes países, fator capaz de ocasionar distorções tão significativas nos resultados apresentados pelas demonstrações contábeis que uma empresa pode apresentar no Brasil um lucro elevado, e quando submetida as práticas de outros países, apresentar prejuízos.

O que acontece atualmente é que uma filial brasileira de um grupo estrangeiro tem que manter uma contabilidade de acordo com as normas brasileiras e manter controles extra contábeis paralelos, que possibilitem elaborar estados financeiros de acordo com as normas do país em que está localizada a matriz. Isso dificulta a comparação entre as demonstrações contábeis, prejudicando o trabalho da contabilidade, já que as informações fornecidas ao controlador (investidor) nem sempre são práticas e úteis a ponto de permitir uma avaliação quanto à qualidade de gestão, potencialidade futura e capacidade de gerar lucros.

O presente estudo diz respeito à investigação de um tema novo e pouco discutido até o momento. Trata-se de uma análise das normas de natureza geral do Brasil e do Chile, países que têm regulamentada a profissão contábil.

O principal motivo que levou à escolha do Chile como país a ser estudado, juntamente com o Brasil, foi a existência de um forte grupo multinacional chileno atuando no mercado nacional de produção e distribuição de energia elétrica, especificamente no Ceará, o que possibilitou a troca de informações com profissionais com experiência prática na área estudada.

Objetiva-se, assim, com esse estudo, examinar simultaneamente as normas contábeis do Brasil e do Chile, com o intuito de conhecer as relações existentes entre elas, semelhanças e diferenças, bem como analisar práticas contábeis adotadas por esses dois países.

Para alcançar os objetivos citados anteriormente, os temas a serem abordados serão divididos em três capítulos. No capítulo inicial serão analisados os princípios fundamentais de contabilidade, que constituem as vigas-mestras da ciência contábil, as normas contábeis aplicadas nos países estudados e os distintos organismos que têm relação direta com a profissão contábil no Brasil e no Chile.

No segundo capítulo serão estudadas algumas práticas contábeis adotadas no Brasil e no Chile, como método de avaliação de investimentos permanentes, critério para amortização do ágio, reavaliação de ativos, correção monetária, entre outros, buscando estabelecer uma comparação entre as mesmas.

No capítulo final analisaremos os modelos de demonstrações contábeis dos países estudados, os métodos de conversão das demonstrações para moeda estrangeira, e faremos um breve estudo sobre consolidação das demonstrações financeiras.

# 1. NORMAS, PRINCÍPIOS E ENTIDADES QUE REGULAMENTAM A CONTABILIDADE NO BRASIL E NO CHILE

As normas contábeis estabelecem procedimentos técnicos e regras de conduta profissional a serem observados quando da realização dos trabalhos contábeis, com a finalidade de que as demonstrações contábeis forneçam aos usuários informações úteis e comparáveis. Porém, cada país segue caminhos diferentes em suas construções de normas contábeis profissionais e técnicas. No presente capítulo analisaremos os princípios e normas contábeis adotadas no Brasil e no Chile e as entidades que regulamentam a profissão e editam as normas contábeis nesses países.

## 1.1 NORMAS DE CONTABILIDADE

### 1.1.1. NORMAS CONTÁBEIS NO BRASIL



Norma é uma indicação de conduta obrigatória e pode ser mutável. As normas emanam dos princípios e conduzem aos padrões. No Brasil, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade emitir todas as normas contábeis, de natureza profissional e técnica, que são de cumprimento obrigatório por todos os profissionais da área.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade constituem os fundamentos das Normas Brasileiras de Contabilidade. O Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 751, de 29 de janeiro de 1993, dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As Normas são classificadas em Profissionais e Técnicas. As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P. As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.

Podemos citar como Norma Profissional a NBC P 2 - Normas Profissionais de Perito Contábil, as quais estabelecem as condições de competência técnico-profissional, de independência e de responsabilidade na execução dos trabalhos, de impedimentos, de recusa de trabalho, de fixação de honorários, de sigilos e de utilização de trabalho de especialistas.

Como exemplo de uma Norma Técnica citemos a NBC T 7 - Da Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis, que trata dos critérios a serem adotados para refletir, em moeda corrente nacional, as transações com o exterior em outra moeda.

Existem, ainda, normas legais como Código Comercial, Código Tributário, Consolidação das Leis Trabalhistas, Lei das Sociedades Anônimas e Regulamento do Imposto de Renda, que têm relação direta ou indireta com a contabilidade.

### 1.1.2. NORMAS CONTÁBEIS NO CHILE

De acordo com o Boletim técnico do Colégio de Contadores de Chile, os princípios e normas são regras e procedimentos necessários para definir a prática de contabilidade aceita em um determinado momento.

As fontes dos princípios e normas de contabilidade geralmente aceitas no Chile são:

- Boletins Técnicos promulgados pelo Colégio de Contadores de Chile A.G;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC);
- os pronunciamentos do organismos estrangeiros compostos por contadores experientes que deliberam sobre assuntos de contabilidade;
- as práticas ou pronunciamentos bastante reconhecidos como geralmente aceitos, por representar a prática excelente, dentro de uma indústria particular, ou a aplicação inteligente em matéria de conhecimento a circunstâncias específicas de pronunciamentos que são geralmente aceitos.

As normas contábeis representam o consenso variável no tempo, respeito as quais recursos e obrigações econômicas devem ser registradas como ativos e passivos, que mudanças devem ser refletida, como os ativos e passivos e as mudanças neles ocorridas devem ser medidos, que informações devem ser conhecidas e de que forma e que tipo de estados financeiros devem ser preparados.

Estas normas podem se classificar em normas gerais e específicas. Esta classificação é determinante da forma em que se desenvolve o processo contábil e nasce de convenção constituída tendo por base uma experiência lógica, o costume, chegando a ser aceita pelos usuários.

As normas contábeis gerais não devem ser formuladas tendo como objetivo principal dar apoio a certas políticas estabelecidas por outras áreas, tais como administração, financeira e leis tributárias, ainda que estas políticas possam ser desejadas e defendidas desde outro ponto de vista.

As normas contábeis gerais guiam a seleção, medição e a exposição de fatos da contabilidade financeira. Estão baseadas nos princípios básicos e se aplicam a casos particulares através das normas contábeis específicas. As normas contábeis gerais são mais amplas e menos detalhadas que as normas contábeis específicas. Por exemplo, a norma específica da última entrada é a primeira saída (UEPS), a ser aplicado no cálculo do custo dos estoques, é uma aplicação específica da norma contábil geral referente a determinação do custo e avaliação de um ativo, e a depreciação linear é uma norma específica, através da qual é aplicada a norma contábil geral relativa a atribuição sistemática e racional dos custos ao resultado de cada exercício.

Vale destacar que os princípios e normas contábeis são o resultado de um processo de evolução permanente. As mudanças podem ocorrer a nível de princípios ou de normas contábeis gerais ou específicas. Os princípios e normas gerais são relativamente invariáveis, mas podem mudar com o transcorrer do tempo. As mudanças ocorrem mais freqüentemente nas normas contábeis específicas empregadas na aplicação das normas contábeis gerais.

Abaixo, relacionamos as principais disposições legais relacionadas direta ou indiretamente com as normas contábeis:

\* Normas legais de caráter geral:

- Código de Comércio: estabelece a obrigatoriedade de uma estrutura do sistema contábil, obrigando a todas as empresas do país a manter contabilidade. Regulamenta os livros contábeis. A norma se refere especificamente as obrigações dos comerciantes na inscrição de documentos e a contabilidade mercantil.
- Código Tributário: Ao fixar o contexto fiscal do país, está definindo normas contábeis de respaldo documental, prazos para reter documentação e meios probatórios de cifras contábeis para efeitos tributários.
- Código do Trabalhador: Trata de aspectos relacionados com o tratamento e registro das remunerações e valores associados. É importante porque no Chile os encargos com saúde e os fundos de aposentadoria são encargos do trabalhador e geram os fundos de pensão.

\* Normas legais de caráter específico:

- Lei 18.046, Lei sobre sociedades anônimas: regula as atividades desse tipo de sociedade, cotadas ou não em bolsa. A Lei se complementa com o Regulamento das sociedades anônimas publicado em 27 de novembro de 1982.
- Decreto lei nº 825 Imposto a Valor Agregado: Expõe a obrigatoriedade de registrar de uma determinada maneira o IVA, o qual obriga as empresas a

**BSFEAG**

terem o suporte e respaldo devido nas operações que incluem este imposto, cujo valor devido pelas compras é abatido no imposto das vendas.

- Decreto lei 824 Lei da Renda: Considera os impostos que afetam as atividades que geram ganhos, sejam por pessoas físicas ou jurídicas. Obriga a usar a contabilidade e seus informes como meios probatórios do cumprimento das obrigações tributárias.
- Circular nº 239 da Superintendência de Valores e Seguros que dispõe sobre a forma e conteúdo dos estados financeiros das sociedades inscritas no Registro de Valor: se refere as instruções para completar o formato exigido dos estados financeiros obrigatórios, estados complementares, notas sobre os estados financeiros, disposições gerais e registros contábeis.

Adicionalmente, existem outras leis, decretos, regulamentos e circulares que configuram a legalidade contábil no país.

## 1.2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

O objetivo da contabilidade é fornecer informações quantitativas e oportunas em forma estruturada e sistemática sobre as operações de uma entidade, considerando os eventos econômicos que as afetam, para permitir a esta e a terceiros a tomada de decisões sociais, econômicas e políticas.

Os estados financeiros são o meio pelo qual a informação quantitativa acumulada, processada e analisada pela contabilidade é periodicamente comunicada por aqueles que a usam. Para que estes estados financeiros possam ser entendidos por terceiros é necessário que sejam preparados de acordo com regras e convenções previamente conhecidas e de aceitação geral.

Os princípios constituem sempre as vigas mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da contabilidade, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente da entidade a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, desde que gozem de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.

Os princípios simplesmente são e, portanto, preexistem as normas, fundamentando e justificando a ação, enquanto aquelas a dirigem na prática. No caso brasileiro, os princípios estão obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas, que estabelecerá regras sobre o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio.

A Resolução CFC no 750/93 dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, elencando-os em seu art 3º conceituando-os em seus artigos 4º ao 10.

### Princípio da Entidade

O princípio da entidade afirma que o patrimônio é autônomo em relação a todos os outros patrimônios existentes, e assim o patrimônio da entidade jamais pode confundir-se com aquele dos seus sócios ou proprietários.

Pressupõe-se que a contabilidade é executada e mantida para as entidades como pessoas completamente distintas das pessoas físicas ou jurídicas dos sócios. Entidade, em contabilidade, é todo núcleo capaz de manipular recursos econômicos e organizacionais e que tenda a adicionar valor aos recursos manipulados.

### Princípio da continuidade

A entidade é encarada como algo capaz de produzir riqueza e gerar valor continuamente, sem interrupções. Como consequência deste princípio, considera-se que os

ativos da entidade não são mantidos para serem vendidos no estado em que se encontram, mas para, devidamente manipulados pela entidade, gerarem receitas em excesso às despesas, resultando em lucro para a empresa, ou de alguma forma, gerando serviços ou benefícios para a coletividade.

Este princípio está intimamente ligado ao da competência, por se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação de resultados e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultados.

#### Princípio da oportunidade

Este princípio refere-se simultaneamente à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que a originaram. O princípio da oportunidade é a base indispensável à fidedignidade das informações sobre o patrimônio da entidade e através dele conhecemos as variações ocorridas no patrimônio, sendo estas registradas no momento em que ocorrem, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

#### Princípio do registro pelo valor original

Por este princípio tem-se que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações, expresso a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores. Vale ressaltar que os valores originais devem ser ajustados de acordo com sua perda de valor econômico, sendo que esse ajuste não implica modificação do valor original.

#### Princípio da atualização monetária

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Este princípio constitui segmento do princípio do registro pelo valor original, pois a atualização dos valores buscam manter o valor original, tendo em vista que a moeda não representa unidade constante de poder aquisitivo.

RSFEAC

#### Princípio da competência

As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. Quando as receitas e despesas pertencentes a um exercício anterior que nele deixarem de ser consideradas por qualquer

razão, os competentes ajustes devem ser realizados no exercício em que se evidenciou a omissão.

#### Princípio da prudência

Por este princípio adota-se menor valor para os componentes do ativo e maior valor para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Aplica-se este princípio de forma a obter-se o menor Patrimônio Líquido, quando escolhemos entre hipóteses igualmente aceitáveis diante dos demais Princípio Fundamentais de Contabilidade.

No Chile, os princípios são determinados pelas características do meio ambiente no qual se desenvolve a contabilidade e se constituem em pressuposto básico sobre os quais descansam as normas. Os profissionais devem ter claro qual é a interpretação destes princípios e o que eles representam, para permitir a formulação de normas e o desenvolvimento de procedimentos ou métodos para aplicação em cada situação específica.

O Boletim técnico nº 1 do Colégios de Contadores do Chile dispõe sobre a teoria básica da contabilidade e descreve os princípios contábeis.

35 FEB 20

#### Equidade

A equidade entre interesses opostos deve ser uma preocupação constante na contabilidade, visto que os que utilizam os dados contábeis podem encontrar-se diante de fatos em que seus interesses particulares entrem em conflito. Com isso se conclui que os estados financeiros devem ser preparados de tal modo que reflitam com equidade os distintos interesses em jogo de uma entidade. Este princípio serve de base para os demais princípios.

#### Entidade contábil

Os estados financeiros se referem a mutações patrimoniais de entidades econômicas específicas e que se diferenciam do patrimônio dos seus donos.

#### Empresa em funcionamento

Se presume que não existe um limite de tempo na continuidade operacional da entidade econômica e, portanto, as cifras apresentadas não refletem os valores estimados de realização. Nos casos em que existam evidências fundamentadas que provem a descontinuidade da empresa, deverá deixar claro o fato e seus efeitos sobre a situação financeira da empresa.

### Bens econômicos

Os estados financeiros se referem a fatos, recursos e obrigações econômicas suscetíveis de valorização em moeda.

### Moeda

A contabilidade se traduz em termos monetários, o que permite reduzir todos os seus componentes heterogêneos a um denominador comum.

### Período de tempo

Os estados financeiros resumem a informação relativa a períodos determinados de tempo, que são compreendidos pelo ciclo normal de operação da entidade.

### Ganhos

Na determinação dos resultados operacionais e posição financeira devem ser tomados em consideração todos os recursos e obrigações do período, independente do recebimento ou pagamento, com o objetivo de que os custos e gastos possam ser devidamente relacionados com as receitas que geraram.

### Realização

Os resultados econômicos só devem ser registrados quando realizados, ou seja, quando a operação que os originou esteja obedecendo a legislação e práticas comerciais aplicáveis e se tenha ponderado todos os riscos inerentes a operação.

### Custo histórico

O registro das operações se baseiam nos custos históricos, salvo se para concordar com outros princípios se justifique a aplicação de um critério diferente (valor de realização). As correções das flutuações do valor da moeda não constitui alteração a este princípio.

### Objetividade

As mudanças nos ativos, passivos e patrimônio devem ser contabilizadas assim que seja possível mensurar essas alterações objetivamente.

### Critério prudencial

Diante de duas ou mais alternativas deve-se escolher a mais conservadora. A preparação dos estados financeiros requerem a aplicação de um critério coerente, para se chegar a uma decisão prudente.



### Significação

Ao ponderar a correta aplicação dos princípios e normas, deve-se necessariamente atuar em sentido prático. Quando encontramos situações em que não enquadrados os princípios e normas aplicáveis, mas estas não distorcem os estados financeiros, deve-se aplicar o melhor critério para resolver o caso de acordo com as circunstâncias, levando em contas o efeito gerado no resultado.

### Uniformidade

Os procedimentos de quantificação utilizados devem ser uniformemente aplicados de um período a outro. Quando existe razões fundamentadas para mudança de critério, este fato deverá ser informado, assim como seu efeito.

### Conteúdo econômico

A contabilidade põe ênfase no conteúdo econômico dos eventos, mesmo quando a legislação requiere um tratamento diferente.

### Dualidade econômica

A estrutura da contabilidade descansa na premissa da partida dobrada e está constituída pelos recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos como metas e as suas fontes, as quais também são demonstrativas dos diversos passivos contraídos.

### Relação fundamental dos estados financeiros

Os resultados do processo contábil são informados em forma integral através de um estado de situação financeira e por um estado de contas de resultado, sendo ambas necessariamente complementares entre si.

### Objetivos gerais da informação financeira

A informação financeira está destinada basicamente para as necessidades comuns de todos os usuários. Também se presume que os usuários estão familiarizados com as práticas operacionais, com a linguagem contábil e com a natureza da informação apresentada.

### Exposição

Os estados financeiros devem conter toda a informação e discriminação básica e adicional que seja necessária para uma adequada interpretação da situação financeira e dos resultados econômicos da entidade.

### 1.3 ENTIDADES QUE REGULAMENTAM A PROFISSÃO

#### CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Fundado em 27 de maio de 1946, pelo Decreto Lei nº 9.295, o CFC é o órgão maior da Contabilidade no Brasil. De natureza normativa, o CFC congrega todos os Conselhos Regionais de Contabilidade, formando um complexo Sistema Nacional de Registro e Fiscalização do Exercício da Profissão Contábil.

Compete ao CFC e aos CRC's a fiscalização do exercício da profissão de Contabilista impedindo e punindo as infrações.

A ação do CFC e CRC's se concentra no profissional que executa e explora atividades contábeis, bem como na empresa por ele integrada, no sentido de mantê-lo dentro dos padrões legais, técnicos e éticos estatuídos como inerentes à sua atividade.

Os Conselhos de Contabilidade são organizados e dirigidos pelos próprios contabilistas e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta.

Entre as atribuições do CFC, destaca-se a de elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Princípios que as fundamentam; zelar pela dignidade, independência, prerrogativa e valorização da profissão e de seus profissionais; manter intercâmbio com entidades congêneres e fazer-se representar em organismos internacionais relacionados à contabilidade e suas especializações.

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON)

Fundado em 1.971, sob a denominação de INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL-IAIB, através da fusão de dois institutos então existentes: o INSTITUTO DOS CONTADORES PÚBLICOS DO BRASIL - ICPB, fundado em 26 de março de 1.957 e o INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORES INDEPENDENTES - IBAI, fundado em 02 de janeiro de 1.968.

Em 01 de julho assumiu a denominação atual, após alteração estatutária, que permitiu maior abrangência de atuação e interesses.

O IBRACON congrega profissionais de diferentes atividades, com interesse no estudo técnico da contabilidade, na edição de normas técnicas de contabilidade e auditoria e no aprimoramento da profissão no Brasil.

Como principais objetivos podemos definir: Fixar os objetivos, as normas contábeis e procedimentos de auditoria; zelar pela observância do Código de Ética Profissional do

Contabilista; zelar pela observância dos Princípios legais que regem o exercício da profissão do contador; fomentar, desenvolver e divulgar conhecimentos técnicos e científicos relativos à contabilidade e manter relações com instituições congêneres no exterior.

## COLÉGIO DE CONTADORES DE CHILE

O Colégio de Contadores de Chile é uma organização que regulamenta a profissão contábil no Chile. É o representante oficial do país diante dos organismos internacionais que agrupam os contadores do mundo todo e dita as normas de contabilidade e auditoria profissional a serem utilizadas no país, em consonância com as normas contábeis legais, que surgem das Leis, Decretos e Regulamentos que tem relação com a regulamentação contábil no país.

Em 1971 foi criada uma Comissão de Princípios e Normas Contábeis, do Colégio de Contadores de Chile, que tem a responsabilidade de emitir a normativa contábil e de auditoria de geral aceitação no país, e que normalmente está ajustado com os termos legais da disposição contábil.

Dentre os principais objetivos dessa Comissão, podemos citar:

- Divulgar os princípios e normas contábeis que são tratados em conferências internacionais e aprovados pelo Chile;
- investigar os problemas específicos do país, não contemplados em Conferências Interamericanas, com o objetivo de buscar soluções satisfatórias para uniformizar critérios;
- manter contatos com comitês ou entidades similares internacionais com o objetivo de conhecer critérios utilizados fora do Chile e trocar idéias a nível internacional;
- estudar e considerar instruções e normas que se recomendam a nível nacional, que serão também analisadas com as respectivas autoridades educacionais e fiscalizadoras.

## COMITÊ DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IASC)

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC) foi criado em 29 de junho de 1973, como resultado de um acordo entre os órgãos profissionais da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, o Reino Unido e Irlanda, e os Estados Unidos de América.

O IASC tem como objetivos principais os de formular e publicar para interesse público, as normas de contabilidade que devem ser observadas na apresentação das demonstrações contábeis, promover sua aceitação mundial e sua aplicação e, trabalhar em geral pelo melhoramento e harmonização de regulamentações, normas de contabilidade, e procedimentos relacionados à apresentação de demonstrações contábeis.

O IASC procura não deixar as Normas Internacionais de Contabilidade tão complexas que não possam ser aplicadas mundialmente. As Normas Internacionais de Contabilidade são constantemente revisadas para considerar as posições atuais e a necessidade de atualizá-las. Essas normas não prevalecem sobre as regulamentações locais, as quais regem a emissão de demonstrações contábeis no país correspondente.

O Colégio de Contadores de Chile é membro do IASC e tem a responsabilidade de harmonizar as normas chilenas com as normas internacionais e propiciar a aceitação e a observação das Normas Internacionais de Contabilidade. No Chile, na ausência de um Boletim Técnico que dite um princípio ou norma de contabilidade geralmente aceito no Chile, se deve recorrer, preferencialmente, as Normas Internacionais de Contabilidade correspondente.

## 2. PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E NO CHILE

A crescente globalização da economia e a maior participação de empresas brasileiras nesse mercado globalizado, seja captando recursos ou efetuando investimentos, eleva o debate profissional para os temas de harmonização mundial das prática contábeis. Porém, antes de qualquer providência de âmbito mundial é preciso que se faça um estudo aprofundado dos critérios adotados na prática contábil nos diferentes países.

Diante da perspectiva de uma maior integração econômica do Brasil, principalmente com seus países vizinhos como o Chile, é conveniente conhecer o que está ocorrendo no âmbito da contabilidade nesses países. Neste capítulo, trataremos de fazer uma explanação simplificada de algumas práticas contábeis adotadas no Brasil e no Chile, mencionando as semelhanças e diferenças existentes entre elas.

### 2.1. INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

No Brasil, de acordo com a Lei das S.A, se aplicará o método da equivalência patrimonial para todos os investimentos relevantes em empresa de que se participe com vinte por cento ou mais do capital social, abrangendo todas as controladas e coligadas de que se tenha mais de 20%.

Por esse método, as empresas reconhecem os resultados e quaisquer variações patrimoniais de uma controlada ou coligada no momento em que tais resultados são gerados naquelas empresas, e não somente no momento em que são distribuídos na forma de dividendos.

Consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% ou mais, do capital da outra, sem controlá-la. E, é chamada controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Para efeito de contabilização, o custo de aquisição de investimento em coligada ou controlada deverá ser desdobrado, e os valores resultantes desse desdobramento contabilizados, em subcontas separadas, em investimento, pelo valor da equivalência patrimonial, e em ágio ou deságio na aquisição, representado pela diferença para mais ou para menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e a equivalência patrimonial.

No método da equivalência patrimonial, o valor do investimento é determinado no final do exercício mediante a aplicação, sobre o valor do patrimônio líquido da coligada ou

controlada, da porcentagem de participação no seu capital. O acréscimo na conta de investimento, que corresponde proporcionalmente aos lucros do período da coligada ou controlada, será registrado em contrapartida com receita classificada como outras receitas operacionais.

No momento em que se efetivar a distribuição desses lucros como dividendo, deve-se registrar um débito em caixa ou bancos e deduzir o valor da conta de investimentos. No caso de integralização de capital de investida, o valor proporcional da investidora deve acarretar um acréscimo na conta de investimento.

Também pode ocorrer aumento de capital da investida por subscrição. Nesse caso, se a empresa investidora tiver subscrito um percentual do aumento de capital maior ou menor que o percentual anteriormente detido, o valor da equivalência patrimonial no final do exercício deverá ser computado pelo percentual de sua nova participação. A contrapartida da conta de investimento será uma despesa ou receita não operacional.

O patrimônio líquido da coligada ou controlada, utilizado para cálculo da equivalência, será determinado com base em balanço patrimonial levantado na mesma data ou até no máximo sessenta dias antes da data do balanço patrimonial da investidora.

No Chile, de acordo com o boletim técnico nº 42 do Colégio de Contadores de Chile, considera-se investimentos permanentes em outras empresas aqueles investimentos em ações ou direitos em sociedades que se mantêm com o objetivo de exercer controle ou influência significativa na empresa em que se investe.

Esses investimentos deverão valorizar-se de acordo com o método do Valor Patrimonial Proporcional (VPP). Este método é aquele mediante o qual a conta de investimento e as contas de resultado do investidor se ajustam periodicamente para refletir as mudanças na participação do investidor nos ativos líquidos e nos resultados da empresa em que se investe.

Os resultados não realizados, originados por transações entre empresas, devem ser eliminados ao determinar as variações nos ativos líquidos e resultados reconhecidos. Para ele, se o resultado não realizado surge da transferência de um ativo para a investidora, ela deverá ajustar as contas de resultado que incluem o resultado não realizado, contra uma conta "Resultados não realizados", que se apresentará agregada e deduzida da respectiva conta de investimento ou como um item separado no corpo do balanço. Caso contrário, se o resultado não realizado surge de uma aquisição de ativos por parte do investidor, este deverá ajustar o valor da conta de ativo correspondente contra o resultado reconhecido pelo investimento.

Para efeitos de determinar o montante do ajuste, deverá distinguir-se entre operações realizadas entre uma matriz e uma filial daquelas realizadas entre coligadas. No primeiro caso, o ajuste deverá ser efetuado por cem por cento do resultado não realizado,

enquanto que no segundo caso, dado que não se tem controle sobre a transação, só se eliminará mediante o ajuste aquela parte do resultado não realizado que seja proporcional ao investimento mantido na coligada.

Para cumprir as condições para que um investimento seja, pela primeira vez, registrada segundo o método VPP, o ajuste em relação ao custo deverá efetuar-se com relação ao estado financeiro mais próximo da sociedade em que se investe, sempre que não exceda a três meses da data da aquisição. Em todo o caso, no fechamento seguinte, a investidora deverá analisar se existem fatos relevantes ocorridos entre a data dos estados financeiros considerados para registrar o primeiro VPP e a data efetiva da aquisição, a fim de corrigir eventuais distorções significativas nos resultados reconhecidos.

O ajuste, assim determinado, será classificado no ativo, a continuação da respectiva conta de investimento, incrementando-a ou diminuindo-a segundo corresponda e será amortizado com débito ou crédito a resultados em um período razoável, de preferência baseado no prazo esperado de retorno do investimento. Em todo o caso, o mencionado prazo não poderá exceder dez anos contados desde a data de aquisição.

No caso de que a aquisição se produza por compras sucessivas, o custo poderá ser determinado por acumulação das diversas transações de cada trimestre, em vez de ser sobre base individual, e em consequência, se determinará um maior ou menor valor líquido em relação ao correspondente VPP.

A alienação de parte de um investimento valorizado segundo o método do VPP ou a acumulação de perdas na sociedade em que se investe, podem originar a necessidade de descontinuar a aplicação de dito método.

Com relação a aumentos de capital, no caso de produzir-se aumento na sociedade investida, podem apresentar-se diversas situações dependendo de se ditos aumentos se fazem por valores iguais ou diferentes do valor patrimonial proporcional e se a investidora concorre mantendo ou modificando sua porcentagem no patrimônio.

Quando se mantém a porcentagem ou quando o aumento se faz ao valor de ações, só procede registrar o desembolo com débito a investimento e continuar aplicando a metodologia do VPP de acordo com as novas condições patrimoniais. No caso de modificar a porcentagem de participação no patrimônio e o aumento é por valores distintos ao VPP, se produzem diferenças entre o valor contábil do investimento e seu correspondente VPP. Estas diferenças tem distintas características, dependendo de sua origem, e requerem tratamentos contábeis distintos.

No caso de a diferença ser produzida por uma diminuição da participação no patrimônio originada pela não assistência a um aumento de capital, a transação equivale a uma venda de direitos e, por tanto, os efeitos que surjam dela devem ser registrados com débitos ou créditos a resultado.

## 2.2. ÁGIO E AMORTIZAÇÃO

O ágio ou deságio é um valor que representa a diferença entre o valor pago por uma porcentagem de uma companhia e o valor resultante da aplicação desse percentual ao patrimônio líquido contábil da tal companhia, no momento em que realiza o investimento.

Temos ágio quando o preço de custo das ações for maior que seu valor patrimonial e deságio quando for menor. Ao efetuar a compra das ações, deve-se segregar, na contabilidade, o valor total pago, em contas distintas do ativo permanente, sendo registrado o valor da equivalência patrimonial em uma conta e o ágio ou deságio em outra conta distinta.

Para se determinar o valor do ágio ou deságio, é necessário que se calcule o valor da equivalência patrimonial do investimento, na data-base da aquisição das ações. Para isso, é preciso que se elabore um balanço da empresa da qual se comprou as ações. A legislação brasileira permite utilizar um balanço elaborado até dois meses antes da data da compra das ações.

O ágio pode ocorrer por diversas origens e sua amortização é variável de acordo com sua natureza, sendo necessário a segregação contábil em subcontas separadas que indique o fundamento econômico que o originou. Podemos ter ágio ou deságio por diferença de valor de mercado dos bens, por valor da rentabilidade futura e por outras razões econômicas.

O ágio ou deságio por diferença de valor de mercado dos bens refere-se ao valor proporcional da participação acionária da investidora aplicado sobre a diferença entre o valor de mercado dos bens da empresa investida e o valor líquido contábil dos mesmos. A amortização do ágio ocorre na proporção em que os bens que os geraram forem sendo realizados por depreciação, amortização, por exaustão ou por baixa. Para isso é necessário que a investidora tenha conhecimento do método de depreciação, de amortização e de exaustão do bem da investida.

O ágio ou deságio por valor de rentabilidade futura ocorre quando se paga pelas ações um valor maior ou menor que o patrimonial, em função de expectativa de rentabilidade futura da empresa adquirida. Deverá ser amortizado dentro do período pelo qual se pagou por tais futuros lucros, contra esses lucros, se eles se comportarem como previsto. Caso sejam menores que o previsto, pode ser necessário acelerar-se essa amortização e, no caso de prejuízos continuados na investida, o ágio deverá ser totalmente amortizado.

O ágio por outras razões econômicas ocorre com maior frequência, sendo necessária a divulgação da efetiva razão do ágio. Há dificuldade em determinar critérios de amortização, pois seus componentes são muito subjetivos. Sua amortização deve ocorrer no

prazo estimado de utilização, de vigência ou de perda de substância, ou quando houver baixa em decorrência da alienação ou de perecimento do investimento, antes de haver terminado o prazo estabelecido para amortização. A legislação não prevê amortização para esse tipo de deságio.

No Chile, a amortização do ágio deve ocorrer em um período de 20 anos, não variando conforme a natureza do evento econômico que o fundamentou. Esse período é arbitrário, sendo os critérios de amortização utilizados no Brasil mais adequados, já que contempla o período em que se gera fluxos de ingressos associados com o investimento.

### 2.3. ESTOQUES

Os estoques são ativos tangíveis destinados a venda ou utilização própria no curso normal das atividades da empresa. Basicamente, estão representados por Mercadorias para revenda, produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, almoxarifado, importações em andamento e adiantamento a fornecedores de estoque.

Os estoques representam bens que existem fisicamente e que sejam de propriedade da empresa, independente de se encontrarem em poder da empresa ou de terceiros. Contabiliza-se as compras de itens do estoque no momento da transmissão do direito de propriedade dos mesmos.

Os estoques são classificados no ativo circulante quando sua realização esteja prevista para ocorrer no exercício social seguinte à data do balanço. Quando o prazo de realização for superior a este, classifica-se no realizável a longo prazo.

O critério de avaliação dos itens do estoque é um dos principais problemas contábeis relacionados a esta conta. Tanto no Brasil como no Chile o método utilizado para avaliação desse item do ativo é o custo ou mercado, dos dois o menor.

Outro problema contábil relacionado ao estoque diz respeito aos recursos que devem compor o custo dos itens fabricados ou adquiridos, pelo fato de sua determinação ter reflexo direto na apuração do resultado do exercício.

Impostos incluídos no preço da mercadoria adquirida e que geram crédito tributário não devem compor o valor do estoque, assim como despesas gerais e administrativas que não se relacionarem com a produção.

O custo de depreciação, manutenção de equipamentos, instalações e o custo da administração da fábrica são agregados ao custo de transformação, à partir de rateio, por presumir que foram incorridos para pôr os estoques em condição de venda.

O critério a ser utilizado na apuração do custo também constitui um problema contábil relacionado ao estoque, pois a empresa pode ter em estoque o mesmo produto, adquiridos em datas distintas e com custos unitários diferentes.

Quando a empresa adquire um item do estoque para uso numa determinada ordem de produção ou encomenda, não existirá dúvidas no reconhecimento de quanto lhe atribuir. Então, cada unidade do estoque será valorizada pelo preço efetivamente pago. Como exemplo temos o caso da revenda de automóveis usados.

Outros critérios utilizados, no Brasil e no Chile, na apuração do custo do estoque são: Custo Médio Ponderado, Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS), e Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS). O custo médio ponderado e o PEPS são os mais utilizados.

Pelo método do custo médio, o valor médio de cada unidade em estoque é alterado pelas compras de outras unidades realizadas por um preço diferente. A legislação fiscal

brasileira só aceita a média móvel, não aceitando a média ponderada fixa, ser for calculado com base nas compras de um período maior que o preço de rotação do estoque.

Pelo critério Primeiro que Entra, Primeiro que Sai, vai-se dando baixa à partir das primeiras compras, à medida em que vão ocorrendo as vendas ou consumo, permanecendo as mercadorias com preços mais recentes em estoque. Quando se utiliza o PEPS, apropria-se o produto pelo menor valor existente no estoque, o que resulta numa subavaliação no custo do produto. Essa subavaliação acaba por gerar um resultado maior no exercício em que o produto é vendido.

O método Último que Entra, Primeiro que Sai representa o oposto do PEPS, sendo os itens do estoque custeados pelos preços mais antigos, permanecendo os mais recentes em estoque. Esse método não é aceito pelo fisco, pois entre os métodos de apuração de custos, o UEPS é o que gera menor resultado contábil, isto é, a menor base para o cálculo do imposto.



## 2.4. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios para avaliação do ativo varia conforme sua natureza, mas se baseia principalmente no custo original. A Lei nº 6.404 permite que as sociedades anônimas procedam a uma avaliação de ativos aos seus valores de mercado, com base em laudos técnicos. O acréscimo derivado da diferença entre o valor contábil dos bens e o valor de mercado denomina-se reavaliação. Nela, abandona-se o custo e utiliza-se o novo valor econômico do ativo em questão.

Esse procedimento de reavaliação é optativo e é aceitável apenas para os bens tangíveis do imobilizado. A reavaliação objetiva que o balanço reflita valores mais próximos da sua efetiva realidade econômica em termos de ativo e do patrimônio líquido da empresa. É admitida a reavaliação parcial de itens do imobilizado, sendo recomendável que se proceda à reavaliação em, pelo menos, todos os itens de mesma natureza.

Muitas empresas têm feito uso de reavaliações para reduzir distribuição de dividendos e outras têm adotado a reavaliação quando sentem que seu patrimônio líquido está baixo, o que prejudica a empresa na obtenção de empréstimos. Em alguns casos seus ativos são superavaliados por laudos suspeitos. Por isso, muitas vezes os balanços ficam incomparáveis.

Pode ocorrer de os laudos de avaliação indicarem que o valor apurado dos bens sujeitos à reavaliação seja inferior ao valor contábil. Nesse caso não é recomendável proceder à reavaliação. Também pode acontecer de, dentro de um conjunto avaliado, existir bens que apresentem valores negativos. Então, deve-se proceder aos acréscimos aos itens positivos e aos decréscimos nos negativos, sempre que o total do conjunto resulte em reavaliação positiva.

A contabilização da reavaliação de um bem é feita debitando-se o ativo reavaliado pela diferença entre o valor do laudo e o constante anteriormente, a crédito de uma reserva de reavaliação, no patrimônio líquido. Esse valor adicionado ao patrimônio líquido deve ser transferido para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, à medida que o ativo reavaliado for sendo realizado mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação, baixa etc.

No Chile, a reavaliação não é aceita. Porém, no momento inicial que se realiza um investimento em empresas no exterior, no determinação do valor histórico do ativo fixo em dólares, aplica-se o tipo de câmbio de encerramento. No caso desse valor ficar distorcido pelo efeito do câmbio ou da inflação, deverá avaliar a necessidade de ajustar o ativo fixo ao seu valor econômico, determinado com base nos antecedente disponíveis e eventuais taxas que possam requerer.



## 2.5. CORREÇÃO MONETÁRIA

A moeda é o denominador comum que se utiliza na contabilidade para quantificar ou expressar o valor dos elementos que formam os estados financeiros. Porém, as variações em seu poder aquisitivo têm afetado seriamente a eficiência desse padrão de medida. Consequentemente, os estados financeiros expressam atualmente acontecimentos, situações e valores em moeda de diferente poder aquisitivo.

Esta situação tem afetado a validade da informação exposta nos estados financeiros. O patrimônio fica expressado em moeda de distinto poder aquisitivo e não se consideram os ganhos e perdas que resultam de manter em moeda corrente ativos e passivos, tais como, saldos em caixa e bancos, devedores e credores.

Em épocas de inflação, a permanência durante um período de ativos e passivos, representativos de valores monetários, gera um ganho ou perda de poder aquisitivo. Isso ocorre porque a moeda em que se expressam tais ativos e passivos tem distinta capacidade de compra no início e ao final do período. Por outro lado, a permanência de ativos e passivos não monetários em períodos de variações do poder aquisitivo da moeda não ocasiona perda nem ganho.

A distribuição de lucro não ajustado, sem ter em conta os efeitos da perda de poder aquisitivo da moeda, especialmente quando ditos efeitos reduziram de modo significativo o montante do lucros ou o transformou em prejuízo, pode produzir descapitalização das empresas.

Ter em conta as variações do poder aquisitivo da moeda nos estados financeiros implica integrar a prática contábil atual com o ajuste dos valores não monetários e com a demonstração de perdas e ganhos de poder aquisitivo derivados da manutenção de ativos e passivos monetários.

No Brasil, a Lei nº 9.249/95 estabeleceu que se extinguisse a correção monetária. Hoje, muitos profissionais reconhecem que a falta de ajustes das demonstrações contábeis distorce as informações e interpretações dela decorrentes, pois, apesar de reduzida, a taxa inflacionária ainda existe. Isso contribui para a irrealidade das demonstrações contábeis, condenando as empresas a pagar imposto de renda sobre lucros fictícios, além de sonegar aos usuários das demonstrações informações necessárias à tomada de decisões.

No Chile, se corrige monetariamente as demonstrações financeiras, através de ajustes efetuados mediante um índice único, calculado de forma sistemática, periódica e uniforme, de aceitação e conhecimento geral, que represente razoavelmente as variações

do poder aquisitivo da moeda. Atualmente, utiliza-se como índice de correção o "Índice geral de preços ao consumidor".

A metodologia geral utilizada, com o objetivo de que os estados financeiros reflitam o efeito das variações do poder aquisitivo da moeda, é o seguinte:

- Classificar os ativos e passivos em monetários e não monetários;
- Ajustar as contas não monetárias e as de resultado do período;
- Imputar ao resultado do período a perda ou ganho resultante de tal ajuste;
- Corrigir previamente o balanço de abertura relativo ao exercício financeiro a ajustar. A contrapartida líquida do ajuste dos ativos e passivos desse balanço inicial constitui um ajuste dos resultados acumulados do mesmo e não um resultado do período.

Os itens monetários correspondem a ativos e passivos que representam dinheiro, constituem importâncias por cobrar ou pagar em somas fixas de moeda corrente, ou equivalem a uma quantidade certa de moeda corrente. As empresas que possuem ativos monetários perdem e as que possuem passivos monetários ganham poder aquisitivo durante a inflação, como resultado das mudanças no nível geral de preços. Devido a sua natureza, estes saldos não se ajustam.

Os ativos e passivos não incluídos na classificação de monetários constituem itens não monetários. As entidades possuidoras de itens não monetários tendem a não ganhar nem perder poder aquisitivo como resultado da mudança no nível de preços. Estes ativos e passivos devem ser reajustados ou corrigidos para eliminar o efeitos das variações no poder aquisitivo da moeda entre a data do balanço e a data em que ditos ativos foram adquiridos ou em que ditos passivos foram incorridos. O ajuste compreenderá as seguintes operações:

- Classificação dos diversos saldos, segundo sua data de origem. As datas de origem podem agrupar-se por período. Quanto menor o período de agrupamento, mais aproximado será o ajuste monetário. As contas de resultado também podem agrupar-se por períodos. Quando uma conta for ajustada até certa data, esta data passará a ser considerada sua data de origem;
- em um primeiro ajuste, se eliminarão todos os ajuste que houverem modificado o custo de aquisição ou produção, ou a importância determinada na data de incorporação ao patrimônio de um ativo ou passivo, como diferenças de câmbio que houverem sido imputadas ao valor dos bens ou as revalorizações efetuadas. No ajuste de estados financeiros posteriores, não será preciso efetuar a eliminação indicada, pois as partidas aludidas ficaram absorvidas no primeiro ajuste. Em relação ao ativo imobilizado, poderá considerar-se como já

- ajustado, sempre que a revalorização legal do capital próprio tenha sido contabilizado sem limitações durante os últimos dez anos e pelo mesmo período os bens tenham depreciado na base de seus anos de vida restantes;
- compilação de estatística oficial do nível geral de preços, que responda aos requerimentos teóricos sobre medição das variações do poder aquisitivo da moeda. Para efeitos práticos, utiliza-se o índice geral de preços ao consumidor;
  - determinação dos fatores de correção representativos da variação do poder aquisitivo, mediante divisão do índice geral de preços correspondente a data até a qual devem atualizar-se os valores pelo respectivo índice a data de origem. Admite-se que o índice da data de atualização, ou data de encerramento, responda uniformemente a um período que guarde relação, por exemplo, o índice ao final do mês ou trimestre, ou a média dos índices do bimestre ou trimestre;
  - multiplicar os valores contábeis na data de origem de cada partida, ou os valores atualizados até uma data, que se considerará como data de origem, pelo fator de correção desde sua data de origem até a de encerramento, determinado conforme mencionado acima. O resultado será a importância ajustada de cada conta;
  - no ajuste de cada conta de ativo, passivo ou de resultado, se registrará uma certa soma, como diferença entre seu valor contábil anterior e o valor ajustado. Todas essas diferenças terão como contrapartida uma conta representativa de ganho ou perda derivada das variações do poder aquisitivo da moeda, conta que pode receber o nome de "correção monetária". No que se refere aos saldos de abertura do exercício, esta conta se refundirá com os resultados acumulados. Nos demais casos, se incluirá, apresentando-a em separado, no estado de resultado de cada período.

Nas demonstrações ajustadas, se expressarão as contas por seus valores corrigidos, sem distinguir separado os valores de origem e seus respectivos ajustes. Esta norma tem exceção para aquelas contas que, por razões legais, devam figurar nos estados financeiros em termos de moeda de origem, como o caso do capital subscrito, da reserva ou de certos saldos provenientes de revalorização.

Adotada uma norma ou critério de ajuste, deve manter-se uniformemente de um período a outro. Se for necessário ou conveniente modificá-lo por razões técnicas ou de índole prática, a mudança deverá fundamentar-se mediante nota explicativa, com indicação de seus efeitos sobre o resultado ajustado do exercício.

## 2.6. DIVIDENDOS

O dividendo é tratado de forma um pouco diferenciada na Lei das Sociedades Anônimas brasileira e chilena.

No Brasil os dividendos a serem pagos pelas companhias têm origem nos lucros destas, nos lucros acumulados e de reservas de lucros. No caso de ações preferenciais, os dividendos podem ser provenientes de reserva de capital.

Quando o estatuto for omissivo quanto à parcela de lucro a ser distribuído como dividendo, o acionista terá direito à metade do lucro do exercício, diminuído da quota destinada à constituição de reserva legal, da importância destinada à formação de reserva para contingência, acrescido da reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, dos lucros constantes da Reserva de Lucro a Realizar formada em exercícios anteriores e que se realizaram no exercício, e, por fim, diminuído do valor transferido para a conta de reserva de Lucros a Realizar.

Nas companhias fechadas, a assembléia geral pode, sendo todos os acionistas presentes a favor, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou reter todo o lucro. No exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia geral ordinária que o dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira da companhia, ele deixa de ser obrigatório. Esse lucro não distribuído será registrado como reserva especial e deverá ser distribuído como dividendo assim que a situação da empresa permitir.

O estatuto poderá autorizar os órgãos de administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Quanto ao pagamento do dividendo, este deverá ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, e em caso de deliberação em contrário da assembléia geral, dentro do exercício social.

De acordo com a Lei nº 18.046 da Superintendencia de Valores y Seguros do Chile, os dividendos se pagarão exclusivamente do lucro líquido do exercício ou do lucro acumulado, provenientes de balanços aprovados pela junta de acionistas.

No caso da sociedade ter prejuízo acumulado, o lucro do exercício se destinará, primeiramente, a absorvê-lo. Se houver prejuízo em um exercício, este deverá ser absorvido pelo lucro acumulado.

As sociedades anônimas deverão distribuir anualmente, como dividendo em dinheiro aos seus acionistas, salvo acordo diferente adotado na junta, a prorrata de suas ações na proporção que estabeleça o estatuto, se houverem ações preferenciais, pelo

menos 30% do lucro acumulado de cada exercício. Nas sociedades fechadas, a distribuição dos dividendos obedecerá ao estatuto.

A diretoria poderá distribuir dividendos provisórios durante o exercício, com débito do lucro do mesmo, sempre que não houver perdas acumuladas. A parte do lucro não destinada a dividendos no exercício, poderá em qualquer momento ser capitalizado, com prévia modificação no estatuto, por meio de ações liberadas ou pelo aumento do valor nominal das ações, ou ser destinado ao pagamento de dividendos eventuais em exercício futuro.

O pagamento do dividendo mínimo obrigatório será exigido após 30 dias contados da data de aprovação da distribuição dos lucros pela junta.



## 2.7. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A divulgação de transações ocorridas entre partes relacionadas é importante por fornecer mais subsídios na tomada de decisões e facilitar a compreensão e utilização dos estados financeiros. Tanto as normas brasileiras quanto as Chilenas tratam o tema como relevante, e de forma semelhante, recomendando a evidenciação dessas transações em notas explicativas e sua revelação nas demonstrações contábeis.

Se entende por partes relacionadas suas afiliadas; os principais proprietários, os diretores, a gerência e os membros imediatos de suas famílias; entidades para as quais a entidade que reporta tem investimentos contabilizados mediante o método do valor patrimonial proporcional; qualquer outra entidade ou pessoa com a qual a entidade que reporta possa efetuar transações, quando uma das partes tem a faculdade de influir significativamente na gerência ou nas políticas operacionais da outra, de tal forma que uma das partes possa estar impedida de perseguir completamente seus próprios interesses.

O termo afiliada significa uma entidade que direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, controla ou é controlada, ou está sob controle comum com uma parte específica. O termo gerência envolve a qualquer pessoa que tenha responsabilidade em alcançar os objetivos da organização e a necessária autoridade para estabelecer políticas e tomar as decisões mediante as quais ditos objetivos devem ser alcançados. Normalmente, incluiria os membros da Diretoria, executivos e qualquer outra pessoa que realize funções similares.

As transações entre partes relacionadas podem afetar significativamente a apresentação da situação financeira, o resultado das operações e as mudanças na posição financeira de uma entidade. Por tanto, tais transações devem ser expostas de maneira que se facilite a análise e compreensão dos estados financeiros.

As transações significativas com partes relacionadas deverão ser reveladas no corpo dos estados financeiros e em notas explicativas dos mesmos e tal revelação deverá incluir a natureza da relação, a descrição das transações efetuadas no período que se reporta e qualquer informação que se considere necessária para um melhor entendimento do efeito de ditas transações nos estados financeiros, a importância monetária das transações, seu efeito nos resultados do exercício e as importâncias dos saldos por cobrar e pagar com entidades ou pessoas relacionadas, e os termos e formas de cobrança e pagamento.

## 2.8. TRATAMENTO DE MUDANÇAS CONTÁBEIS

Uma mudança contábil pode afetar significativamente tanto a apresentação da situação financeira como o resultado operacional do exercício em que se efetua a mudança, assim como a tendência que mostra os estados financeiros de exercícios anteriores. Por este motivo, ditas mudanças devem ser reportadas de maneira que facilite a análise e compreensão dos estados financeiros. Devida a importância do tema, o assunto é tratado no boletim técnico nº 15 do Colégio de Contadores de Chile, que indica qual o tratamento dado, nas normas chilenas, para mudanças contábeis

O termo mudanças contábeis se refere a mudanças em um princípio de contabilidade, em uma estimação contábil e a mudanças na entidade informante.

### MUDANÇAS EM UM PRINCÍPIO DE CONTABILIDADE

Os princípios de contabilidade geralmente aceitos devem, se possível, aplicar-se de maneira uniforme, pois isso facilita a análise e comparação dos estados financeiros entre os diferentes exercícios. Se existe razões fundamentadas que justificam e são aconselháveis a adoção de um princípio de contabilidade alternativo de aceitação geral, poderá ser feita a mudança.

Uma mudança em um princípio de contabilidade resulta da adoção de um princípio de contabilidade geralmente aceito diferente do que se estava utilizando anteriormente. O termo princípios de contabilidade compreende não só os princípios e práticas contábeis, mas também o método de aplicar os mesmos.

As mudanças em princípios de contabilidade são numerosos e variados. Eles incluem, por exemplo, uma mudança no método de valorizar os estoques, tal como passar de um sistema de custo variável para um sistema de custo por absorção, ou mudar o método de depreciação dos ativos fixos adquiridos em anos anteriores, tal como passar do método de dígitos decrescentes para o método linear.

A natureza e justificativa para uma mudança em um princípio de contabilidade e seu efeito no lucro líquido do exercício em que se efetua tal mudança, devem ser claramente revelados nos estados financeiros de ditos exercícios. A justificativa da mudança deve explicar claramente porque se considera preferível o novo princípio de contabilidade adotado.

Se modificamos o método de aplicação de um princípio de contabilidade exclusivamente para as transações efetuadas no exercício, como seria o caso de mudar o método de depreciação dos bens do ativo fixo adquiridos em dito exercício, sem mudar o método de depreciação de similares bens adquiridos em exercícios anteriores, se deve

revelar a natureza e o efeito de tal mudança no resultado operacional, mas não se deve calcular nenhum efeito acumulado ao início do exercício, pois não há incorrido uma mudança em um princípio de contabilidade.

#### MUDANÇA EM UMA ESTIMAÇÃO CONTÁBIL

A preparação de estados financeiros requer a estimativa de eventos futuros, tais como a vida útil restante dos ativos fixos depreciáveis e o valor residual que terão os mesmos ao final de sua vida útil, exercícios que serão beneficiados no futuro por um custo ou gasto que tenha sido diferido, risco obsolescência dos estoques, risco de perda nas contas de clientes duvidosos etc. Como os eventos futuros não podem ser estimados com precisão, é possível que seja necessário mudar certas estimativas posteriormente, a medida em que ocorrem novos eventos e se adquire informações adicionais.

Certas mudanças na estimativa podem originar uma mudança em um princípio de contabilidade. Por exemplo, uma empresa pode mudar o sistema de diferir e amortizar certos custos ao registro deles como gastos de exercício em que incorrem, pois o benefício futuro que proporcionarão ditos custos se tornarão duvidosos. Neste caso, uma mudança de estimativa e em princípio de contabilidade são inseparáveis. Este tipo de mudança deve ser tratada como uma mudança em uma estimativa contábil e não como mudança em um princípio, pois este último foi provocado pela revisão de estimativas efetuadas anteriormente, em virtude de informação adicional obtida a respeito.

O efeito de uma mudança em uma estimativa contábil deve registrar-se a contar do exercício em que se efetua a mudança, sem corrigir-se retroativamente os montantes contabilizados em exercícios anteriores.

O efeito no resultado deve ser revelado para qualquer mudança em uma estimativa contábil que afete exercícios futuros, como é o caso de uma mudança na vida útil estimada para os bens do ativo fixo ou uma mudança nas estimativas atuariais efetuadas para determinar a provisão para indenização por anos de serviços ao pessoal. No caso de uma mudança na provisão para contas incobráveis e a provisão para obsolescência de estoques, não necessita ser revelada nos estados financeiros, a menos que provoque efeito realmente significativo.

#### MUDANÇA NA ENTIDADE INFORMANTE

Uma mudança na entidade informante tem por efeito a apresentação de estados financeiros de uma entidade diferente, como é o caso de apresentar estados financeiros consolidados ou combinados em vez de estados financeiros individuais, eliminar ou agregar determinadas subsidiárias do grupo de companhias que se apresente em forma consolidada, ou mudar as companhias que se incluem nos estados financeiros combinados.

A fusão de duas ou mais companhias também origina uma mudança na entidade informante.

A natureza e justificativa para uma mudança na entidade informante e seu efeito no resultado devem ser claramente revelados nos estados financeiros de dito exercício. Os estados financeiros anteriores, que se apresentem de forma comparativa, deverão ser ajustados em forma retroativa, a fim de apresentar a informação financeira correspondente a nova entidade informante.

### **3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A contabilidade destina-se a quantificar, medir e interpretar as atividades e fenômenos de natureza econômica, para produzir informações úteis aos usuários. Essas informações são fornecidas de forma estruturada, através das demonstrações contábeis. Diante da globalização, nos deparamos com um problema relacionada às normas contábeis diferenciadas em cada país, que determinam, entre outras coisas, estrutura de demonstrações e forma de exposição das informações contábeis de modo heterogêneo.

No presente capítulo analizaremos as demonstrações contábeis produzidas segundo práticas contábeis brasileiras e chilenas, quanto a forma e conteúdo, bem como apresentaremos modelos das mesmas. Também foi incorporado aspectos relevantes sobre contabilização de investimentos permanentes no exterior e métodos de conversão das demonstrações para moeda estrangeira. Por fim, discutiremos alguns aspectos relacionados a consolidação das demonstrações contábeis.

#### **3.1. COMO E QUANDO ELABORAR AS DEMONSTRAÇÕES**

As demonstrações contábeis representam o mais importante meio informativo da situação patrimonial e dos resultados da empresa junto aos usuários, e permitem a estes avaliar a entidade e tomar decisões.

##### **3.1.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL**

De acordo com o art. 176 da Lei nº 6.404, ao final de cada exercício social, a Diretoria tem que elaborar as demonstrações contábeis da Companhia, na qual se deve exprimir com clareza a situação patrimonial e as mutações ocorridas no exercício. As demonstrações exigidas são balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos. As notas explicativas comporão as demonstrações e serão compostas por esclarecimentos necessários sobre a situação patrimonial e dos resultados do exercício.

##### **BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial e financeira de uma entidade num determinado momento. Ele é constituído pelo ativo, passivo e patrimônio líquido.

O ativo compreende as aplicações de recursos, representadas por bens e direitos. As contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez. Os elementos do ativo estão divididos nos seguintes grupos:

- Ativo circulante;
- Ativo realizável a longo prazo;
- Ativo permanente, subdividido em investimento, ativo imobilizado e ativo diferido.

São classificados no ativo circulante as disponibilidades, os direitos e créditos realizáveis no curso do exercício social subsequente, os estoques, despesas antecipadas e outros valores e bens.

As disponibilidades são os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

Os direitos são representados por títulos de crédito, quaisquer valores mobiliários e os outros direitos.

No estoque temos os valores referentes à existência de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo, serviços em andamento e outros valores relacionados às atividades-fim da entidade.

As despesas antecipadas são as aplicações em gastos que tenham realização no curso de período subsequente à data do balanço patrimonial.

Outros valores e bens são os não relacionados às atividades-fim da entidade.

No ativo realizável a longo prazo estão os créditos, estoques, despesas antecipadas e outros valores e bens que tem prazos esperados de realização situados após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Estão classificadas no ativo permanente as contas representativas dos bens e direitos por participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da empresa. É constituída pelos seguintes grupos:

- Investimento: são as participações em sociedades, além dos bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades-fim da entidade.
- Imobilizado: são os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, de permanência duradoura, destinadas ao funcionamento normal da sociedade.

- Diferido: são ativos intangíveis representados por aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

O passivo compreende as origens de recursos, representadas por obrigações e está segregado em Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo. As contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

No passivo circulante estão classificadas as obrigações da companhia, cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a este prazo. Estas obrigações podem representar valores fixos ou variáveis, vencidos ou a vencer, em uma data ou em diversas datas futuras.

No passivo exigível a longo prazo estão as obrigações conhecidas e os encargos estimados cujos prazos estabelecidos ou esperados se situem após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial ou em prazo superior a seu ciclo operacional.

O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da entidade, ou seja, a diferença a maior do ativo sobre o passivo. De acordo com a Lei nº 6.404, o patrimônio líquido é dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

O capital social representa o investimento efetuado na empresa pelos proprietários, assim como os valores gerados pela sociedade, e que, por decisão desses proprietários, se incorporam ao capital social.

As reservas de capital representam valores recebidos, que não transitaram pelo seu resultado como receita, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da empresa, em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

As reservas de reavaliação representam acréscimo de valor atribuído a elementos do ativo, acima dos índices de correção monetária.

As reservas de lucros representam os lucros obtidos pela empresa, retidos com finalidade específica. Entre essas reservas temos a reserva legal, que é constituída com o objetivo de assegurar a integridade do capital social e é utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Temos também previstas na Lei nº 6.404, as reservas estatutárias, reservas para contingências, retenção de lucros, reserva de lucros a realizar e outras reservas de lucros.

A conta lucros ou prejuízos acumulados representa o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), líquidos das apropriações para reservas de lucros e dos dividendos distribuídos. Tem por objetivo receber o resultado do exercício e dar-lhe destinação. Essa

conta representa a interligação entre o Balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício deve ser elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial. Constitui um relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante o exercício social, onde é apresentado o resultado líquido do período, lucro ou prejuízo.

De acordo com a Lei das S.A, na determinação do resultado do exercício serão computados as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda, e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondente a essas receitas e rendimentos. A Demonstração do Resultado do Exercício retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário.

A Demonstração do Resultado do Exercício é iniciada com a receita bruta operacional, que representa o ingresso bruto de recursos externos, provenientes das operações normais de venda, a prazo ou a vista, de produtos, mercadorias ou serviços. Da receita bruta operacional devem ser deduzidos os impostos incidentes sobre vendas, as vendas canceladas e os abatimentos concedidos para se chegar á receita operacional líquida.

Em seguida, deduz-se o custo de produtos e serviços vendidos. O custo dos produtos vendidos está composto pelos materiais consumidos, a mão-de-obra direta e os custos indiretos de fabricação, empregados na transformação do produto. O custo do serviço prestado corresponde aos custos incorridos para a prestação dos serviços, e seus itens componentes variam de acordo com o ramo de atividade. O custo das mercadorias vendidas é formado pelos gastos realizados até a mercadoria ficar pronta para ser revendida. Com isso apura-se o lucro bruto.

Logo em seguida, são apresentadas as despesas operacionais, que são as despesas necessárias para a empresa funcionar, vender, administrar e financiar suas atividades. Assim, deduzindo-se essas despesas operacionais do lucro bruto, chega-se ao lucro operacional.

Após a apuração do lucro operacional, apresenta-se as receitas e despesas não operacionais. Nesse grupo são contabilizadas as participações nos resultados de coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial, os dividendos e rendimentos de outros investimentos, amortização de ágio ou deságio de investimentos e receitas diversas. Com isso, temos o resultado antes do imposto de renda.

Então, deduz-se a provisão para imposto de renda e as participações de terceiros, calculáveis sobre o lucro. Tais participações representam o valor da participação de empregados e diretores nos resultados da empresa, contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, sendo essas participações previstas no estatuto.

Chega-se, assim, ao Lucro Líquido do Exercício, que é o valor final da Demonstração.

### DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Essa demonstração possibilita a evidenciação clara do lucro do período, a sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos acumulados. A ficha razão dessa conta constitui-se no elemento básico e auxiliar para a elaboração da demonstração e deverá ser elaborada após se ter levantado o Balanço final do exercício.

De acordo com o art. 186, da Lei nº 6.404, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial, as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício, as transferências para as reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao final do período.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da entidade. Nela são apresentadas as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido, ocorridas entre dois balanços, provenientes da correção monetária, de aumento de capital, de reavaliação de elementos do ativo, de lucros ou de transferência entre contas, dentro do próprio Patrimônio Líquido.

Esta demonstração não é obrigatória pela Lei das S.A., mas a CVM exige sua publicação para as companhias abertas. Ela indicará a formação e utilização de todas as reservas, e será útil para melhor compreensão dos cálculos dos dividendos obrigatórios. Também é muito útil para as empresas, que avaliam seus investimentos permanentes em coligadas e controladas pela equivalência patrimonial, receberem dessas empresas investidas essa demonstração, para permitir adequado tratamento contábil das variações da equivalência patrimonial do exercício.

Na apresentação dessa demonstração, deve-se apresentar, de forma resumida, a movimentação, extraídas das fichas de razão, ocorrida durante o exercício nas contas de capital, reservas de capital, reservas de lucros, reservas de reavaliação e lucros ou prejuízos acumulados.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos tem por finalidade evidenciar as modificações na posição financeira da empresa. Essa demonstração mostra apenas as novas origens e aplicações ocorridas nos itens não circulantes do balanço, que são as contas do exigível a longo prazo, patrimônio líquido, ativo permanente e realizável a longo prazo. A diferença entre essas origens e aplicações não circulantes resultará no Capital Circulante Líquido.

As aplicações de recursos mais comuns são representadas por inversões permanentes derivadas de aquisições de bens do ativo imobilizado, de novos investimentos permanentes em outras sociedades, de recursos no ativo diferido, pelo pagamento de empréstimos a longo prazo e pela distribuição de dividendos.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos visa permitir a análise do aspecto financeiro da empresa, tanto no que diz respeito ao movimento de investimentos e financiamentos quanto relativamente à administração da empresa sob o ângulo de obter e aplicar compativelmente os recursos.

**MODELO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

31 de dezembro de 1998 e 1997

(em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>
<b>Circulante</b>		
Numerário disponível	8.864	8.895
Aplicações no mercado aberto	49.091	114
Consumidores e revendedores	131.760	102.128
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(29.482)	(10.531)
Parcelamento de débitos de energia elétrica fornecida	22.548	14.799
Serviço em curso	4.787	3.505
Devedores diversos	26.776	20.985
Almoxarifado	6.298	8.745
Despesas pagas antecipadamente	286	405
Outros	2.035	1.621
	<b>222.962</b>	150.666
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Financiamentos repassados	2.072	2.155
Parcelamento de débitos de energia elétrica	1.097	1.921
Cauções e depósitos vinculados	7.473	20.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.021	43.538
Outros	318	430
	<b>70.981</b>	68.197
<b>Permanente</b>		
Investimento	393	143
Imobilizado	669.425	642.896
	<b>669.818</b>	643.039
<b>Total</b>	<b>963.761</b>	861.902

<b>PASSIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>
Circulante		
Fornecedores	34.614	28.521
Folha de pagamento	2.759	7.684
Encargos de dívidas	121	118
Empréstimos e financiamentos	33.124	24.127
Tributos e contribuições sociais	26.986	22.759
Obrigações estimadas	101.582	60.439
Participação dos empregados	1.425	2.459
Dividendos propostos	13.677	9.820
Juros sobre capital próprio a pagar	11.239	-
Encargos do consumidor a recolher	3.965	3.518
Taxa de iluminação pública arrecadada	5.656	25.496
Outros	10.993	6.896
	<b>246.141</b>	<b>191.837</b>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	104.401	104.008
Outros	62	99
Obrigações especiais	166.899	126.414
	<b>271.362</b>	<b>230.521</b>
Patrimônio líquido		
Capital realizado	433.057	414.860
Reserva de capital	11.262	5.369
Reserva legal	1.933	1.111
Lucros acumulados	-	1
Recursos destinados a aumento de capital	6	18.203
	<b>446.258</b>	<b>439.544</b>
Total	<b>963.761</b>	<b>861.902</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações expresso em reais)

	1998	1997
<b>Receita operacional</b>		
Fornecimento de energia elétrica	701.307	577.896
Outras receitas	4.550	3.542
	705.857	581.438
<b>Deduções a receita operacional</b>		
Quota para Reserva Global de Reversão	(9.357)	(8.372)
Quota par Conta de Consumo de Combustível	(6.355)	(4.700)
ICMS	(161.247)	(105.925)
COFINS	(14.008)	(11.415)
PASEP	(4.568)	(3.710)
	(195.535)	(134.122)
<b>Receita operacional líquida</b>	510.322	447.316
<b>Despesas operacionais</b>		
Pessoal e administradores	(98.724)	(120.179)
Material	(8.072)	(7.825)
Serviços de terceiros	(46.303)	(43.871)
Energia elétrica comprada para revenda	(202.303)	(175.596)
Depreciação	(34.270)	(32.890)
Provisão para devedores duvidosos	(26.540)	(10.531)
Provisão para contingências	(22.363)	(24.250)
Programa de desligamento voluntário	(22.170)	-
Outras despesas	(15.245)	(14.386)
	(476.457)	(429.528)
	33.865	17.788
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	6.685	2.188
Renda de títulos a receber	1.625	906
Variações monetárias	50	27
Acréscimo moratório de energia vendida	9.864	6.149
Multas moratórias e compensatórias	197	1.230
Reversão de depósitos judiciais	4.180	-
Outras	2.105	477
	24.706	10.977
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívida	(11.835)	(13.064)
Variações monetárias	(9.517)	(10.125)
Acréscimo moratório de energia comprada	(71)	(936)
Juros sobre o capital próprio	(13.223)	-
Outras	(2.079)	(2.649)
	(36.725)	(26.774)
	(12.019)	(15.797)
<b>Resultado operacional</b>	21.846	1.991

<b>Resultado não operacional</b>	<b>(4.221)</b>	<b>(10.764)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e das participações</b>	<b>17.625</b>	<b>(8.773)</b>
Provisão para imposto de renda	<b>(13.803)</b>	<b>(7.703)</b>
Provisão para contribuição social	<b>(4.401)</b>	<b>(2.374)</b>
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<b>16.483</b>	<b>43.638</b>
Participação dos empregados	<b>(1.406)</b>	<b>(2.459)</b>
Lucro antes da reversão do juros sobre capital próprio	<b>14.498</b>	<b>22.229</b>
Reversão do juros sobre capital próprio	<b>13.223</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	<b>27.721</b>	<b>22.229</b>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital realizado no fim do exercício	<b>0,17</b>	<b>0,15</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 1996	403.701	4.377	-	(11.297)	6.788	403.569
Aumento do capital social						
Adiantamentos	6.782				(6.782)	
Com reservas	4.377	(4.377)				
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio		5.369				5.369
Recursos destinados a aumento de capital					18.197	18.197
Lucro líquido do exercício				22.229		22.229
Reserva legal			1.111	(1.111)		-
Dividendos provisionados				(9.820)		(9.820)
Saldos em 31 de dezembro de 1997	414.860	5.369	1.111	1	18.203	439.544
Aumento do capital social	18.197				(18.197)	-
Ajuste de exercício anterior			(564)	564		-
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio		5.893				5.893
Lucro líquido do exercício						27.721
Reserva legal						-
Juros sobre o capital próprio						(13.223)
Dividendos provisionados						(13.677)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1998</b>	<b>433.057</b>	<b>11.262</b>	<b>1.933</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>446.258</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997

(Em milhares de reais)

	1998	1997
<b>Origens de recursos</b>		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	27.721	22.229
Débitos (créditos) ao resultado que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação	34.270	32.890
Variação monetária e cambial de longo prazo	1.411	3.452
Custos dos bens do ativo imobilizado baixados	13.924	14.291
Remuneração das imobilizações em curso	(845)	(519)
Total originado das operações	76.481	72.343
Dos acionistas		
Recursos destinados ao aumento de capital	-	18.197
De terceiros		
Financiamentos obtidos	21.005	29.816
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	40.485	16.766
	61.490	46.582
<b>Total das origens</b>	<b>137.971</b>	<b>137.122</b>
<b>Aplicações de recursos</b>		
No realizável a longo prazo	2.777	44.770
Nos investimentos	250	120
No imobilizado	67.985	79.219
Transferências para o passivo circulante	22.030	23.807
Dividendos propostos	13.677	9.820
Juros sobre o capital próprio	13.223	-
Diminuição no exigível a longo prazo	37	-
Total das aplicações	119.979	157.736
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>17.992</b>	<b>(20.614)</b>
<b>Demonstração da variação do capital circulante líquido</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
No início do exercício	150.666	116.284
No fim do exercício	222.962	150.666
	72.296	34.382
<b>Passivo circulante</b>		
No início do exercício	191.837	136.841
No fim do exercício	246.141	191.837
	54.304	54.996
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>17.992</b>	<b>(20.614)</b>

### 3.1.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO CHILE

No Chile, as demonstrações exigidas pela Lei nº 18.046, das sociedades anônimas e tratadas na circular nº 239 da Superintendência de Valores e seguros do Chile, são Balanço Geral, Estados de Resultados e Fluxo de Caixa.

#### BALANÇO GERAL

O Balanço Geral utilizado no Chile é semelhante ao Balanço Patrimonial Brasileiro, já descrito acima. Ele é constituído pelo ativo, passivo e patrimônio. Os elementos do ativo estão divididos nos grupos ativo circulante, ativo fixo e outros ativos.

O ativo circulante inclui ativos e recursos da empresa que serão realizados, vendidos ou consumidos, dentro do prazo de um ano a contar da data dos estados financeiros. Os conceitos que formam o circulante são disponível, depósitos a prazo, valores negociáveis, devedores por venda, documentos por cobrar, devedores vários, documentos e contas por cobrar a empresas relacionadas, estoques, impostos por recuperar, despesas pagas antecipadamente, impostos diferidos, outros ativos circulantes.

O disponível está constituído por caixa e bancos, de disponibilidade imediata e sem restrições de nenhum tipo. No grupo depósitos a prazo são classificados os depósitos em bancos e instituições financeiras. Como valores negociáveis temos os investimentos em ações com cotação na bolsa de valores, que não excedam 10% do capital da investidora, nem 5% do ativo da investida e bonos, quotas de fundos mútuos e outros títulos de oferta pública que representem investimento de fundos disponíveis para as operações correntes da empresa.

Na rubrica devedores por venda inclui-se as contas por cobrar provenientes das operações comerciais da empresa, deduzida a estimativa de devedores duvidosos e os juros não recebidos pela sociedade. A conta documentos por cobrar está constituída por contas por cobrar documentadas, através de cheques, vales, provenientes de operações comerciais, também deduzido da estimativa para devedores duvidosos e os juros não recebidos. Classifica-se como devedores vários as contas por cobrar que não provenham das operações comerciais da empresa, como contas de pessoal, pagamento antecipado a fornecedores, devedores por venda de ativo fixo. As estimativas de devedores duvidosos devem ser deduzidas.

Estão classificados como documentos e contas por cobrar a empresas relacionada, aqueles documentos, provenientes ou não de operações comerciais e cujo prazo de recuperação não exceda um ano a contar da data dos estados financeiros. A conta estoques deve mostrar o total de estoques de propriedade da empresa, com rotação efetiva dentro do

período anual. Este saldo deverá ser deduzido da estimativa de perdas do estoque por obsolescência, defeitos, e da provisão por ajuste de produtos cujo valor contabilizado seja superior ao valor líquido de realização. A conta impostos por recuperar corresponde ao crédito fiscal líquido.

Se incluirá em despesas pagas antecipadamente os pagamentos efetuados por serviços que serão recebidos pela empresa no curso do exercício seguinte, tais como aluguéis e seguros pagos antecipadamente. Como impostos diferidos temos a diferença devedora líquida entre o imposto a pagar e o gasto tributário do período originado por diferenças temporais que serão compensadas dentro do próximo exercício. Na rubrica outros ativos circulantes se incluirá todas as partidas que não podem ser adaptadas a nenhuma das definições anteriores de ativos circulantes.

No ativo fixo estão os bens tangíveis, de longa vida útil, que foram adquiridos para serem utilizados no funcionamento normal da entidade e sem o propósito de vender-los. São eles: terrenos, construções e obras, máquinas e equipamentos, outros ativos fixos. Também são apresentadas nesse grupo as contas de depreciação e a conta maior valor por reavaliação do ativo fixo, sendo que estas tem funcionamento semelhante as respectivas contas utilizadas no Brasil.

No grupo outros ativos estão classificados os investimentos em empresas relacionadas, menor e maior valor de investimentos, intangíveis, amortização acumulada, documentos e contas por cobrar empresas relacionadas e outros. Na rubrica documentos e contas por cobrar empresas relacionadas estão aquelas cujo vencimento ocorra após o final do exercício social seguinte. Na conta outros, contabiliza-se os direitos não classificáveis em nenhum grupo anterior.

O passivo representa a soma dos passivos exigíveis, interesses minoritários, capital, reservas e resultado do exercício.

No passivo circulante estão as obrigações cujas liquidações se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte. São contabilizadas no passivo circulante as contas de obrigações com bancos de curto prazo, dividendos por pagar, contas por pagar, provisões, retenções, documentos e contas por pagar a empresas relacionadas, imposto de renda, impostos diferidos, receita antecipada e outros passivos circulantes.

No passivo a longo prazo classifica-se as obrigações da empresa que serão canceladas ou amortizadas após o final do exercício seguinte. O passivo a longo prazo está composto pelas contas de obrigações com bancos e instituições financeiras, obrigações com o público, devedores vários, documentos e contas por pagar a empresas relacionadas, provisões e outros passivos a longo prazo.

O balanço consolidado apresenta a rubrica interesse minoritário, que corresponde ao reconhecimento da porção do patrimônio das filiais que pertencem a terceiros.

No Patrimônio Líquido estão contabilizados os recursos dos acionistas empregados na sociedade. Compõem este grupo as contas de capital pago, reserva de revalorização de capital, sobrepreço em vendas de ações próprias, reserva por maior valor em reavaliação do ativo fixo, outras reservas, reserva de futuros dividendos, lucro (prejuízo) acumulado, lucro (prejuízo) do exercício e dividendos provisórios.

O capital pago está constituído pelo capital social efetivamente pago, já revalorizado, quando se trate de estados financeiros anuais. A conta reserva de revalorização de capital deverá mostrar a revalorização do capital pago, acumulado durante o exercício devendo traspasar-se a saldo desta conta a capital pago para a apresentação dos estados financeiros anuais. O saldo da conta sobrepreço em venda de ações próprias está formado pelo maior valor obtido na colocação de ações para venda.

Na reserva por maior valor na reavaliação do ativo fixo se deve indicar o maior valor da reavaliação efetuada. A rubrica outras reservas está constituída por outras reservas de capitalização e aquelas geradas por disposições legais especiais que afetem a sociedade. A reserva de futuros dividendos é formada pela distribuição e redistribuição de lucros destinados a cobrir futuras distribuição de dividendos.

Aos lucros acumulados se incorporarão todas as reservas de lucros não indicadas especificamente. A conta prejuízo acumulado conterà todas as perdas geradas em exercícios anteriores e não absorvidas na data do balanço. O lucro ou prejuízo do último exercício se apresentará na conta lucros (prejuízos) acumulados. Desta conta deverá ser deduzido os dividendo provisórios, acordados e declarados durante o exercício.

## ESTADO DE RESULTADOS

A composição do Estado de Resultados é semelhante à da nossa Demonstração de Resultados. As receitas e despesas são contabilizadas atendendo ao regime de competência. Essa demonstração deverá conter as seguintes informações:

- Receita de exploração, que corresponde as vendas totais efetuadas pela empresa durante o período coberto pelo estado de resultados. O montante das vendas deverá mostrar-se líquido dos impostos, descontos e outros itens que afetem diretamente o preço da venda.

- Custo de exploração, onde se deve mostrar o custo dos produtos vendidos de acordo com o sistema de custo utilizado pela empresa.

- Margem de exploração, que é o resultado da diferença entre a receita de exploração e o custo.

- Gastos de administração e vendas: deverão incluir nesta rubrica todos os gasto de administração e vendas, tais como remunerações, comissões, publicidade, etc.

- Resultado operacional: está constituído pela soma das partidas relativas a operação do negócio, que inclui receita e custo de exploração e os gastos de administração e vendas.

- Receitas financeiras: esta conta deverá apresentar as receitas obtidas pela empresa no investimento de recursos financeiros, que estão representados por juros recebidos e outros similares.

- Lucro em investimento empresas relacionadas: Será incluído separadamente nesta conta os ingressos obtidos pelo reconhecimento de lucro em investimentos incluídos na conta " Investimento em empresas relacionadas".

- Outras receitas fora de exploração: deverá apresentar nesta rubrica os ingressos, tais como royalties, lucro na venda de bens do ativo fixo, ingressos na alienação de ações, e todos aqueles ingressos que não provenham das vendas do giro ordinário da empresa e que não tenham sido definidos anteriormente.

- Perda de investimento em empresas relacionadas: Será incluído separadamente nesta conta os débitos a resultado, originados pelo reconhecimento de perdas em investimentos incluídos na conta " Investimento em empresas relacionadas".

- Amortização menor valor de investimentos: deverá incluir nesta conta a amortização do exercício correspondente a conta "Menor valor de investimentos", contabilizada no ativo.

- Despesas financeiras: deverá considera os gastos incorridos pela empresa na obtenção de recursos financeiros e que estão representados por juros, comissões, resultantes de qualquer tipo de dívida.

- Outras despesas fora de exploração: Incluirá outras deduções do resultado operacional efetuadas durante o período pela empresa, tais como perda em venda de investimentos, em vendas de ativo fixo, excluindo-se as despesas financeiras. Incluirá, também os débitos a resultado originados por venda de ações.

- Correção monetária: Corresponde ao saldo resultante da revalorização dos ativos e passivos sujeitos a correção monetária e a revalorização do capital próprio financeiro, uma vez aplicada a correção monetária nas contas de resultado.

- Resultado não operacional: Está constituído pela soma das partidas que estão desligadas da operação do negócio, como receitas financeiras, lucro em investimento empresas relacionadas, outras receitas fora de exploração, perda de investimento em empresas relacionadas, amortização menor valor de investimento, despesas financeiras, outras despesas fora de exploração e correção monetária.

- Resultado antes do imposto de renda: se obtém somando os resultados operacionais e não operacionais.

- Imposto de renda: contém o correspondente gasto tributário por imposto de renda, calculado de acordo com as normas tributárias vigentes, agregando ou deduzindo o efeito tributário das diferenças temporais que possam existir.

- Lucro (prejuízo) acumulado: só se apresentará saldo quando se trate de estados financeiros consolidados, e resultará do resultado consolidado antes do imposto de renda o gasto tributário correspondente.

- Interesse minoritário: deverá apresentar nesta rubrica aquela porção do lucro consolidado que resulta do reconhecimento do interesse minoritário.

- Lucro (prejuízo) líquido: se obtém da subtração do resultado antes do imposto de renda do correspondente débito por imposto de renda. Caso seja estados financeiros consolidados, terá ainda que subtrair o interesse minoritário.

- Amortização maior valor de investimento: apresentará a amortização do exercício correspondente a conta "Maior valor de investimento", contabilizada no ativo.

- Lucro (prejuízo) do exercício: se obtém da soma do lucro (prejuízo) líquido do exercício com a amortização maior valor de investimento.

## FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é um estado financeiro básico, cujo objetivo é fornecer informações relevantes sobre as entradas e saídas de recursos em uma entidade, durante determinado período do tempo.

A informação contida no fluxo de caixa, em conjunto com as demais demonstrações, ajuda aos usuários a avaliar a capacidade de uma empresa para gerar fluxo de recursos positivo, avaliar a capacidade da empresa para cumprir com suas obrigações e dividir lucros em dinheiro, determinar suas necessidades de financiamento externo, conhecer os efeitos que produzem, na posição financeira da empresa, as atividades de financiamento e investimento que envolvem dinheiro e aquelas que não envolvem.

O termo caixa aqui utilizado inclui dois conceitos, que são caixa e equivalentes a caixa. Como caixa temos os saldos disponíveis em caixa e bancos. A rubrica equivalentes a caixa está constituído por investimentos de curto prazo que são efetuados com os excedentes de caixa, que cumprem as características de poder converter-se rapidamente em montantes de dinheiro conhecidos, existir a intenção de efetuar dita conversão em um prazo não superior a 90 dias, existir um risco mínimo de perda significativa de valor, como produto de tal conversão.

Exemplos destes investimentos podem ser: título do Banco Central do Chile, título da Tesouraria Geral da República, depósitos em instituições financeiras a prazos não

superiores a 90 dias. Os investimentos temporais em ações e em fundos mútuos não se incluem no termo caixa.

A empresa, de acordo com suas características próprias, deve analisar e fixar uma política que permita determinar quais investimentos serão considerados como equivalentes a caixa, e se revelará em uma nota explicativa.

A demonstração do fluxo de caixa deve reportar os fluxos de caixa durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento ou financeiras.

As atividades de investimento são as relacionadas com a utilização de recursos financeiros em bens do ativo fixo, concessão de empréstimos a qualquer entidade, investimentos de longo prazo e de curto prazo que não são considerados como equivalentes de caixa.

As atividades de financiamento são aquelas relacionadas com a obtenção de recursos financeiros, seja mediante aportes de capital ou bens, utilizando fontes de terceiros, tanto a entidades relacionadas como não relacionadas.

As atividades operacionais incluem todas as transações e eventos que não estejam definidas como de investimento ou financiamento, principalmente as relacionadas com o giro da entidade, isto é, com a produção e fornecimento de bens e serviços.

As atividades de investimento incluem as entradas de valores provenientes de: cobrança de empréstimo concedido pela entidade; cobrança por vendas ou resgate no seu vencimento, de instrumentos financeiros a curto e longo prazo, distintos daqueles considerados como efetivo equivalente; cobrança por venda de bens do ativo fixo, ativo intangível, investimentos permanentes e outros investimentos. Incluem também as saídas de valores destinados a concessão de empréstimos, aquisição de investimentos permanentes e investimentos em outras empresas, compra ou construção de bens do ativo fixo e compra de ativos intangíveis.

As atividades de financiamento incluem os ingressos de recursos provenientes de: colocação de bonos, títulos e outros instrumentos financeiros; obtenção de empréstimos de instituições financeiras ou de terceiros e aportes de capital. Também estão incluídas as saídas de recursos destinadas a pagamento de empréstimo a instituições financeiras ou a terceiros, pagamento de dividendos, distribuição de lucros ou devoluções de capital e pagamento de bonos, títulos ou outros instrumentos financeiros.

Nas atividades operacionais constam os ingressos provenientes de cobrança por vendas habituais de bens ou serviços, cobrança de dividendos e outras participações sobre os lucros, cobrança de juros ou qualquer benefício proveniente de empréstimos concedidos ou de outros instrumentos de dívida emitidos por outras entidades, e cobrança de qualquer outra importância não definidas como de investimento ou financiamento, tais como indenizações recebidas de causas judiciais e reembolso de fornecedores. Incluem também

os egressos de efetivo referentes a pagamentos por aquisição de mercadorias e serviços destinados a produção ou venda, incluindo o pagamento de contas e documentos por pagar a fornecedores a curto e longo prazo provenientes de tais aquisições, pagamentos a fornecedores por outras mercadorias e serviços, pagamento de remunerações a pessoal, pagamento de juros a qualquer credor, pagamento de impostos, multas e qualquer pagamento efetuado com propósitos distintos aos de investimento e financiamento.

Os juros pagos e recebidos, assim com os dividendos recebidos representam fluxos que se identificam usualmente com as atividades de financiamento e investimento. Apesar dessa estreita relação, a comissão optou por classificar estas partidas como provenientes de atividades operacionais, tendo em vista que elas formam parte do resultado líquido, o qual representa a capacidade da empresa para gerar recursos com sua atividade principal.

É conveniente que os juros pagos e os dividendos e juros recebidos se apresente de forma destacada dentro do fluxo proveniente de atividades operacionais, de tal forma que eles possam ser reclassificados pelos usuários que achem conveniente.

Algumas receitas e despesas podem ter características correspondentes a mais de uma classificação no fluxo de caixa. Como exemplo temos um pagamento por um item que poderia ser considerado como estoque ou como ativo fixo. Nesse caso, a classificação adequada dependerá da atividade que gera o fluxo de dinheiro mais significativo para o item. A compra de máquina a ser utilizada pela empresa ou arrendada a terceiros e sua eventual venda posterior, geralmente representam atividades de investimento. Se a máquina é comprada ou construída para ser usada ou arrendada pela empresa por um período curto e posteriormente vendida, a compra ou construção e a posterior venda deste ativo devem ser consideradas atividades operacionais.

Na incorporação de ativos fixos através de operações de leasing financeiro, o pagamento de quotas mensais de capital dos correspondentes contratos devem ser considerados como despesa de investimento, do ponto de vista do arrendatário e como receita de operação para o arrendador, devido ao fato que dito fluxo de caixa está diretamente relacionado com a aquisição de um ativo fixo e a venda de um ativo realizável, respectivamente. Já o pagamento de juros implícitos em cada quota de arrendamento, se considera despesa e receita de atividades operacionais, tanto para o arrendatário quanto para o arrendador.

## CONTEÚDO E MÉTODOS DE PREPARAÇÃO DO ESTADO DE FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa informará as variações, em moeda de igual poder aquisitivo no encerramento de período, entre os saldos iniciais e finais de produto de fluxos provenientes ou utilizados em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. No caso de fluxos operacionais, estes podem apresentar-se de acordo com o método direto ou indireto.

**BSFEAC**

A continuação dos fluxos operacionais deverá apresentar o detalhe dos fluxos provenientes ou utilizados em atividades de investimento e de financiamento.

O método direto consiste em demonstrar os recebimentos e pagamentos brutos, derivados de atividades operacionais, tais como o valor recebido de clientes ou pago a fornecedores e pessoal, cujo resultado constitui o fluxo líquido de dinheiro proveniente de atividades operacionais.

Esta informação pode ser obtida através dos registros contábeis da empresa relacionados com as contas de caixa e equivalentes a caixa, e correlacionando as vendas, custo de vendas e outras partidas do estado de resultados, com as variações ocorridas no período nos estoques, contas por cobrar e por pagar operacionais. Deverá eliminar-se as partidas que não representam movimentos de dinheiro e aquelas que se originam por atividades de investimento ou financiamento.

No método indireto o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem dinheiro, quaisquer diferimentos ou provisões de recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros e itens da receita ou despesa relativa a fluxos de caixa de atividades de investimento ou de financiamento.

## MODELO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CHILENAS

**CHILECTRA S.A**

**BALANÇO GERAL**

Em 31 de dezembro de 1997 e 1996

(Em milhões de pesos - M\$)

ATIVOS	1997	1996
<b>ATIVO CIRCULANTE:</b>		
Disponível	281.129	1.014.307
Depósitos a prazo	25.648	
Valores negociáveis	264.983	
Devedores por venda	28.623.046	28.684.019
Documentos por cobrar	339.583	454.054
Devedores vários	2.888.720	2.844.727
Doctos y ctas por cobrar emp. relacionadas	75.208.577	58.119.156
Estoques	3.356.853	4.080.792
Despesa paga antecipadamente	282.230	237.141
Impostos diferidos	380.929	376.505
Outros ativos circulantes	2.004.128	122.264
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>113.655.860</b>	<b>95.932.965</b>
<b>ATIVO FIXO:</b>		
Terrenos	7.444.669	5.277.119
Construções e obras de infra-estrutura	320.378.739	314.048.760
Máquinas e equipamentos	15.559.943	14.599.488
Outros ativos fixos	24.059.422	16.826.780
Maior valor reavaliação tec. ativo fixo neto	16.954.960	17.228.608
<b>Sub - Total</b>	<b>384.397.733</b>	<b>367.980.755</b>
Depreciação acumulada	(206.235.037)	(203.133.002)
<b>Total ativo fixo neto</b>	<b>178.162.696</b>	<b>164.847.753</b>
<b>OUTROS ATIVOS:</b>		
Investimento em empresas relacionadas	311.728.480	257.973.958
Investimento em outras sociedades	10.268.952	
Menor valor de investimento	47.928.995	8.380.506
Devedores a longo prazo	12.568.326	
Doctos y ctas por cobrar a emp. Relacionadas	50.506.033	109.074.681
Intangíveis	3.072.108	3.072.108
Menos: amortizações	(1.638.458)	(1.536.054)
Outros	3.270.310	2.999.489
<b>Total outros ativos</b>	<b>437.704.746</b>	<b>379.964.688</b>
<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>729.523.268</b>	<b>640.745.406</b>

<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE:</b>		
Obrigações com bcos e inst. financ. Curto prazo	11.852.268	7.736.399
Obrigações com bcos e inst. financ. porção lprazo	6.163.076	15.873
Obrigações com o publico (bonos)	-	-
Obrigações longo prazo com vencimento dentro de um ano	-	-
Dividendos por pagar	12.124.470	12.363.617
Contas por pagar	5.380.606	6.009.011
Documentos por pagar	-	-
Credores vários	2.714.923	2.010.231
Doctos y ctas por pagar a emp. relacionadas	30.121.052	15.360.052
Provisões	4.364.689	6.156.861
Retenções	3.112.879	3.246.447
Imposto de renda	1.261.549	861.353
Receita antecipada	1.904.939	3.935.260
Impostos diferidos	28.251	29.053
Outros passivos circulantes	3.300.170	926.506
<b>Total passivo circulante</b>	<b>82.328.872</b>	<b>58.650.633</b>
<b>PASIVO A LARGO PLAZO:</b>		
Obrigações com bancos e inst. Financeiras	22.358.625	6.322.915
Obrigações com o público	33.489.752	-
Documentos por pagar	30.263	-
Credores vários	28.261	31.175
Doctos y ctas por pagar a empresas relacionadas	264.124.511	267.183.374
Provisões	1.778.163	1.253.941
Outros passivos a longo prazo	27.742.821	31.629.409
<b>Total Passivo a Longo Prazo</b>	<b>349.552.396</b>	<b>306.420.814</b>
<b>Interesse minoritário</b>	<b>12.323.641</b>	<b>12.345.124</b>
<b>PATRIMONIO</b>		
Capital pagado	210.122.040	202.508.644
Reserva de revalorização	-	-
Sobrepresco em vendas de ações próprias	318.456	352.576
Outras reservas	21.314.855	20.907.972
Lucro retido:		
Lucro acumulado	23.463.597	11.628.679
Lucro do exercício	81.219.326	75.613.700
Dividendos provisórios	(51.119.945)	(47.682.766)
<b>Total Lucro acumulado</b>	<b>53.563.008</b>	<b>39.559.613</b>
<b>Total Patrimônio</b>	<b>285.318.359</b>	<b>263.328.805</b>
<b>TOTAL PASSIVOS E PATRIMÔNIO</b>	<b>729.523.268</b>	<b>640.745.406</b>

**ESTADO DE RESULTADOS**  
 Pelos exercícios terminados em 1997 e 1996  
 (Em milhões de pesos - M\$)



<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>1997</b>	<b>1996</b>
RECEITA DE EXPLORAÇÃO	278.601.779	292.409.961
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	(189.633.558)	(204.231.674)
MARGEM DE EXPLORAÇÃO	88.968.221	88.178.287
GASTOS DE ADMINISTRAÇÃO E VENDAS	(22.535.093)	(27.950.367)
RESULTADO OPERACIONAL	66.433.128	60.227.920
<b>RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS</b>		
RECEITAS FINANCEIRAS	14.544.014	11.179.465
LUCRO EM INVESTIMENTO EMPRESAS RELACIONADAS	22.765.139	20.426.512
OUTROS INGRESSOS FORA DE EXPLORAÇÃO	36.897.569	32.407.770
PERDA DE INVESTIMENTO EM EMP. RELACIONADAS	(74)	(24)
AMORTIZAÇÃO MENOR VALOR DE INVESTIMENTOS	(5.200.138)	(304.881)
GASTOS FINANCEIROS	(21.030.474)	(11.821.409)
OUTRAS DESPESAS FORA DE EXPLORAÇÃO	(23.161.407)	(23.802.761)
CORREÇÃO MONETÁRIA	3.231.872	458.642
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.046.501	28.543.314
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO DE RENDA	94.479.629	88.771.234
IMPOSTO DE RENDA	(11.569.453)	(11.296.447)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>82.910.176</b>	<b>77.474.787</b>
INTERESSE MINORITÁRIO	(1.690.850)	(1.861.087)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>81.219.326</b>	<b>75.613.700</b>

## FLUXO DE CAIXA

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1997 e 1998

(Em milhões de pesos - M\$)

	1997	1998
<b>FLUXO ORIGINADO POR ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro ( Prejuízo) do exercício:	81.219.326	76.613.700
<b>Resultado na venda de ativos:</b>		
Lucro ( Prejuízo) na venda de ativos fixos	(62)	(25.970)
Lucro ( Prejuízo) na venda de investimentos	(5.118.939)	(7.176.292)
<b>Débito (crédito) a resultado que não representam fluxo de recursos</b>		
Depreciação do exercício	7.585.633	6.937.886
Amortização de intangíveis	102.404	102.404
Provisões	1.073.753	1.184.695
Ganho com investimentos em empresas relacionadas (menos)	(22.765.139)	(20.426.512)
Perda com investimentos em empresas relacionadas	74	24
Amortização menor valor de investimentos	5.200.138	304.881
Correção monetária líquida	(3.231.872)	(458.642)
Outros créditos a resultado que não representam fluxo de recursos (menos)	(2.746.583)	(3.532.978)
Outros débitos a resultado que não representam fluxo de recursos	14.875.492	5.714.743
<b>Variação de ativos, que afetam o fluxo de recursos:</b>		
(aumento) diminuição de devedores por vendas	12.334.985	11.619.848
(aumento) diminuição de estoques	723.939	(360.852)
(aumento) diminuição de outros ativos	1.389.302	11.593.844
<b>Variação de passivos, que afetam o fluxo de recursos</b>		
Aumento (diminuição) de contas por pagar relacionadas com o resultado operacional	(16.576.297)	(12.672.245)
Aumento (diminuição) de juros por pagar	18.830.498	9.108.170
Aumento (diminuição) líquido de imposto de renda por pagar	400.196	(598.644)
Aumento (diminuição) de outras contas por pagar relacionadas com o resultado não operacional	6.355.589	12.205.760
Aumento (diminuição) líquido de Imposto ao Valor Agregado y outros similares por pagar	733.098	1.040.138
Lucro (prejuízo) de participação minoritária	1.690.850	1.861.087
<b>FLUXO LÍQUIDO POSITIVO (NEGATIVO) ORIGINADO POR ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>102.076.385</b>	<b>92.035.045</b>
<b>FLUXO ORIGINADO POR ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Obtenção de empréstimos	72.727.064	92.109.685
Obrigações com o público	6.556.495	6.991.404
Obtenção de empréstimos documentados de empresas relacionadas	106.127.849	272.026.353
Obtenção de outros empréstimos de empresas relacionadas	19.690	-

Outras fontes de financiamento		
Pagamento de dividendos (menos)	(68.560.598)	(53.446.071)
Pagamento de empréstimos (menos)	(68.029.431)	(100.869.499)
Pagamento de outros empréstimos de empresas relacionadas (menos)	(6.863.392)	(83.202.535)
Outros desembolsos por financiamento (menos)	(475)	-
<b>FLUXO LÍQUIDO POSITIVO (NEGATIVO) ORIGINADO POR ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>41.977.202</b>	<b>133.609.337</b>
<b>FLUXO ORIGINADO POR ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Vendas de ativo fixo	312	-
Venda de investimentos permanentes	-	4.445.173
Venda de outros investimentos	-	13.240.875
Incorporação de ativos fixos (menos)	(24.778.323)	(18.256.369)
Investimentos permanentes (menos)	(106.128.312)	(81.302.277)
Empréstimos documentados a empresas relacionadas	(11.849.146)	(116.931.288)
Outros empréstimos a empresas relacionadas	-	(27.623.143)
<b>FLUXO LÍQUIDO POSITIVO (NEGATIVO) ORIGINADO POR ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(142.755.469)</b>	<b>(226.427.029)</b>
<b>FLUXO LÍQUIDO TOTAL POSITIVO (NEGATIVO) DO PERÍODO</b>	<b>1.298.118</b>	<b>(782.647)</b>
EFEITO DA INFLAÇÃO SOBRE O CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	(216.996)	(221.600)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>	<b>1.081.122</b>	<b>(1.004.247)</b>
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	1.378.034	2.382.281
<b>SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>	<b>2.459.156</b>	<b>1.378.034</b>

### 3.2. CONTABILIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES NO EXTERIOR E MÉTODO DE CONVERSÃO PARA MOEDA CHILENA

Durante os últimos anos e como resultado do processo de globalização da economia, as empresas chilenas tem incrementado sua participação em sociedades estabelecidas nos países estrangeiros, originando-se filiais e coligadas.

As sociedades estabelecidas no estrangeiro geralmente mantêm seus registros contábeis na moeda do respectivo país e de acordo com os princípios contábeis que diferem do chileno. Por isso, se faz necessário estabelecer o método de conversão dos estados financeiros de ditas sociedades, com o objetivo de reconhecer os efeitos dessas inversões nos estados financeiros da empresa investidora.

A moeda em que se controla os investimentos em sociedades estabelecidas no exterior e o método utilizado para converter seus estados financeiros, dependerá das seguintes situações:

- Da forma em que as sociedades estabelecidas no exterior operam em relação a empresa investidora, que se distinguem em sociedades cujas atividades constituem extensão das operações da empresa investidora e aquelas que não operam como tal.
- No caso de sociedades estabelecidas no exterior cujas atividades não constituam extensão das operações da empresa investidora, se deve considerar as condições econômicas do país em que opera a sociedade estrangeira, que se distingue entre países estáveis e não estáveis.

Os Investimentos permanentes em ações ou direitos em sociedades estabelecidas no exterior se valorizarão de acordo com o método do valor patrimonial proporcional (VPP). Para o cálculo do VPP inicial, deverá ser considerado os estados financeiros mensais ou trimestrais imediatamente anteriores a data do investimento. Esse mesmo critério se aplicará para o cálculo do VPP na data do encerramento, se não temos os estados financeiros de encerramento da sociedade estrangeira na qual se efetuou o investimento.

1. Investimentos permanentes em sociedades estrangeiras que operam como extensão das operações da empresa investidora.

Esses investimentos se controlarão em pesos chilenos. Os estados financeiros da sociedade estrangeira deverão ajustar-se aos princípios de contabilidade geralmente aceitos no Chile.

Os estados financeiros deverão traduzir-se a pesos chilenos como segue:

- a) Os saldos de ativos e passivos monetários se traduzirão ao tipo de câmbio de encerramento.
- b) Os saldos de ativos e passivos não monetários e o patrimônio (excluindo-se o resultado do exercício) se expressarão a seus equivalentes históricos em pesos chilenos corrigidos monetariamente.
- c) As receitas e despesas, com exceção daquelas que se determinam historicamente (depreciação, amortização etc.), se traduzirão ao tipo de câmbio vigente na data de cada transação. Se aceitará utilizar o câmbio médio mensal para essa tradução, caso não existam desvalorizações muito significativas que distorçam os resultados.
- d) No caso dos estoques, se os controles necessários para manter o registro de seus equivalentes históricos em pesos chilenos forem muito complexos, se considerará como alternativa válida tratar esta conta como monetária, na medida que existam evidências suficientes para respaldar que isto não provocará distorções significativas.
- e) As diferenças de tradução resultante se contabilizará como uma partida não operacional nos resultados da sociedade estrangeira (diferença de conversão).

A empresa investidora deverá, ao aplicar a metodologia geral do valor patrimonial proporcional, contabilizar em primeiro lugar a correção monetária do investimento, calculada sobre a base da variação do Índice de Preços do Consumidor. Depois, contabilizar a participação nos resultados do exercício expressados em pesos chilenos, e por fim, contabilizar nas correspondentes contas patrimoniais da empresa investidora, de acordo com sua origem, as variações patrimoniais da sociedade emissora, que não infringir os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Chile.

Para efeitos de consolidação, se considerarão os estados financeiros da sociedade estrangeira previamente ajustado de acordo com o que foi citado nos parágrafos acima.

## 2. Investimentos permanentes em sociedades estrangeiras que não operam como extensão das operações da empresa investidora.

### a) Investimentos em Países Estáveis

Os Investimentos permanentes em sociedades estrangeiras, cujas atividades não constituem uma extensão das operações da empresa investidora e que foram efetuados em países estáveis, se controlarão na moeda do respectivo país. Os estados financeiros da sociedade estrangeira deverá ajustar-se aos princípios chilenos, exceto no que trata da aplicação da correção monetária chilena. Se o país de origem tem um sistema de correção monetária própria, deverá manter seus efeitos. Todas as cifras dos estados financeiros da

sociedade estrangeira deverá converter-se a pesos chilenos ao tipo de câmbio vigente no encerramento do exercício.

No cálculo do Valor Patrimonial Proporcional, a empresa investidora deverá contabilizar, em primeiro lugar, a correção monetária do investimento, calculado sobre a base da variação do Índice de Preços do Consumidor. Depois, contabilizar a participação nos resultados do exercício expressos em pesos chilenos e as variações patrimoniais, nas correspondentes contas patrimoniais. Em seguida, deverá comparar o saldo do investimento, assim determinado, com o valor da participação no patrimônio da sociedade estrangeira, ajustado de acordo com os princípios chilenos expressado em pesos chilenos ao tipo de câmbio de encerramento, para em seguida contabilizar a diferença de conversão, que resulte dessa comparação, na respectiva conta de investimento contra uma conta de reserva, no patrimônio da investidora, denominada Ajuste Acumulado por Diferença de Conversão.

#### b) Investimentos em Países não Estáveis

Os Investimentos permanentes em sociedades estrangeiras, cujas atividades não constituem uma extensão das operações da empresa investidora e que foram efetuados em países não estáveis, se controlarão em dólar norte-americano.

Os estados financeiros, ajustados de acordo com os princípios chilenos, exceto no que trata da correção monetária, deverão traduzir-se a dólar norte-americano como segue:

- a) Os saldos de ativos e passivos monetários se traduzirão ao tipo de câmbio vigente na data de encerramento.
- b) Os saldos de ativos e passivos não monetários e o patrimônio (excluindo-se o resultado do exercício) se expressarão a seus equivalentes históricos em dólares históricos.
- c) As receitas e despesas, com exceção daquelas que se determinam em dólar histórico (depreciação, amortização, etc.), se traduzirão ao tipo de câmbio vigente na data de cada transação. Se aceitará utilizar o câmbio médio mensal para essa tradução, caso não existam desvalorizações muito significativas que distorçam os resultados.
- d) No caso dos estoques, se os controles necessários para manter o registro de seus equivalentes históricos em pesos chilenos forem muito complexos, se considerará como alternativa válida tratar esta conta como monetária, na medida que existam evidências suficientes para respaldar que isto não provocará distorções significativas.
- f) As diferenças de tradução resultante se contabilizará como uma partida não operacional nos resultados da sociedade estrangeira.

No cálculo do Valor Patrimonial Proporcional, a investidora deverá contabilizar, em primeiro lugar, a correção monetária do investimento, calculado sobre a base da variação do IPC. Depois, contabilizará a participação nos resultados do exercício, traduzidos ao dólar e expresso em pesos chilenos ao tipo de câmbio de encerramento, e contabilizará, nas correspondentes contas patrimoniais da investidora, de acordo com sua origem, as variações patrimoniais na sociedade investida, que estejam de acordo com os princípios chilenos. Então, será feita uma comparação do saldo do investimento, assim determinado, com o valor da participação no patrimônio da sociedade estrangeira, traduzido a dólar norte-americano e expressado em pesos chilenos ao tipo de câmbio de encerramento. Em seguida, contabilizará a diferença de conversão que resulte desta comparação, na conta de investimento, tendo como contrapartida uma conta de reserva, no patrimônio da investidora, denominada Ajuste Acumulado por Diferença de Conversão.

Para efeito de consolidação, se consideram os estados financeiros da sociedade estrangeira traduzidas ao dólar norte-americano e expressado em pesos chilenos ao tipo de câmbio vigente na data do encerramento do exercício.

Para valorização do investimento em sociedades estrangeiras que não operam como extensão das operações da investidora, se estabelece que o investimento líquido no exterior estará constituído pelo respectivo valor patrimonial proporcional, pelos correspondentes maior e menor valor do investimento e por contas por cobrar e pagar que a investidora mantenha com a sociedade estrangeira, quando ditas contas estejam registradas na mesma moeda de controle do investimento e sua liquidação não esteja planejada e nem é provável que ocorra num futuro previsto. Tais contas podem incluir documentos por cobrar e empréstimos a longo prazo, mas não incluem contas comerciais a cobrar ou pagar.

O menor e maior valor se controlará na mesma moeda que se controla o respectivo investimento no exterior e para sua valorização se aplicará a mesma metodologia utilizada no investimento, que é a seguinte: Contabilizar a correção monetária dos menores e maiores valores do investimento determinados em pesos chilenos, calculada sobre a variação do IPC; Contabilizar a amortização do exercício, calculada sobre a importância determinada em moeda estrangeira ao tipo de câmbio de encerramento; Comparar o saldo assim determinado com o montante do menor ou maior valor do investimento em moeda estrangeira expressado em moeda chilena ao tipo de câmbio de encerramento; e, contabilizar a diferença de conversão que resulte desta comparação, na respectiva conta de menor ou maior valor do investimento contra a conta Ajuste Acumulado por Diferença de Conversão.

Para as contas por cobrar e pagar citadas anteriormente, a metodologia de valorização aplicada será a mesma do investimento.

### **3.3. INVESTIMENTO SOCIETÁRIO NO EXTERIOR E CRITÉRIOS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE OUTRAS MOEDAS PARA MOEDA BRASILEIRA**

No Brasil adota-se o método da equivalência patrimonial no tratamento contábil dos investimentos permanente no exterior. Tais investimentos devem ser ajustados ao valor do patrimônio líquido na contabilidade da empresa investidora no Brasil, de forma que se reconheça sua participação nos resultados dessas empresas no exterior à medida que são gerados.

Na contabilização de investimentos no exterior, deve-se destacar que este deve ser registrado pelo custo efetivamente incorrido, ou seja, o valor convertido à taxa de câmbio corrente na data da remessa que corresponda a ações ou quotas subscritas ou integralizadas.

Os dividendos recebidos devem ser registrados como redução da conta de investimento, sendo contabilizados pelo valor de seu efetivo ingresso no Brasil, ou seja, à taxa de câmbio corrente desta data.

As demonstrações contábeis da coligada ou controlada, que serão utilizadas para apuração do valor da equivalência patrimonial do investimento, deverão ser elaboradas segundo os critérios utilizados no Brasil e expressas em moeda brasileira, conforme procedimentos comentados a seguir.

Existem diversas técnicas e formas de conversão de balanço de uma moeda para a outra. No Brasil, os métodos de conversão utilizados são os método da taxa corrente e método da taxa histórica.

O método da taxa corrente consiste em tomar todos os valores das demonstrações contábeis expressas em um moeda e convertê-las pela taxa corrente de câmbio, apurando-se os valores correspondentes na outra moeda. Essa conversão deve ser feita após o processo de equalização das práticas contábeis vigentes.

Este método deve ser adotado para investimentos em coligadas e controladas em países de moeda forte e estável. Em países de elevada inflação, esse método produz demonstrações convertidas com distorções significativas que irão refletir-se na contabilidade da empresa investidora, através da equivalência patrimonial.

O método da taxa histórica baseia-se no princípio de que a conversão das demonstrações contábeis é feita interpretando-se as transações com se tivessem ocorrido na moeda para a qual se pretende converter.

Para a aplicação desse método, deve-se ter claro a distinção entre ativos e passivos monetários e não monetários. Os ativos monetários são representados pelas

disponibilidades em dinheiro ou em bancos, contas a receber, empréstimos a receber, depósitos. Os passivos monetários são as contas a pagar a fornecedores, impostos a recolher, os salários e encargos, os empréstimos e financiamentos etc. Esses ativos e passivos monetários têm a característica de estarem expostos aos efeitos da inflação, em face da variação do poder aquisitivo.

Os ativos não monetários são bens ou direitos, na maioria das vezes representados por itens com existência física que têm substância econômica própria, independentemente do valor de custo ou valor original de sua aquisição, como os itens do imobilizado, os investimentos, o ativo diferido, estoques etc.

A técnica de conversão utilizada no método da taxa histórica é a seguinte:

- Os saldos de ativos e passivos monetários constantes do balanço são convertidos pela taxa corrente de câmbio;
- os ativos não monetários são convertidos pela aplicação das taxas históricas de câmbio, vigentes na data de aquisição dos itens que formam estes ativos na data do balanço, sobre os valores originais de custo de aquisição das transações respectivas;
- as contas que formam o patrimônio líquido são também de natureza não monetária, sendo seus valores apurados pela diferença entre o ativo total e o total do exigível, já apurados conforme itens anteriores;
- as receitas e despesas são convertidas pelas taxas em vigor nos períodos respectivos de sua formação, normalmente numa base mensal, utilizando-se da taxa média do mês;
- as depreciações são apuradas pela aplicação das taxas de depreciação sobre os custos dos bens depreciáveis já convertidos;
- o custo das vendas deve levar em conta os estoques iniciais e finais convertidos pelas taxas históricas e os ingressos pela taxa de formação.

### 3.4. CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações contábeis consolidadas são aquelas produzidas pela agregação das demonstrações contábeis de uma ou mais controladas, somando-se os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas semelhantes com as demonstrações contábeis da controladora, depois de eliminadas as transações entre as companhias e feita uma provisão para os interesses minoritários nas controladas.

O objetivo da consolidação é apresentar aos usuários os resultados das operações e a posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, como se o grupo fosse uma única empresa, pois a análise isolada das demonstrações contábeis individuais não permite avaliar o desempenho do grupo.

No Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404, a consolidação é obrigatória para companhias abertas que tiverem mais de 30% do seu patrimônio líquido representado por investimentos em controladas, e para grupos empresariais que se constituírem formalmente em grupos de sociedades, independente de serem ou não companhias abertas.

Não se deve incluir, na consolidação, controladas que estão em processo de concordata, falência ou reorganização total, aquelas em que o controle seja temporário e as controladas de setores econômicos tão diferenciados que a consolidação produza demonstrações distorcidas.

No Chile, uma entidade deverá consolidar todas as suas subsidiárias nas quais tenham controle direto, isto é, o poder de governar as políticas operacionais e financeiras de uma companhia. Se estima que existe controle quando uma companhia possui mais de 50% das ações com direito a voto de outra companhia. Se possui menos de 50%, existirá controle se a companhia tem mais de 50% do poder de voto devido a convênios formais com a administração ou por um decreto judicial.

As técnicas de consolidação no Brasil e no Chile são semelhantes. Quando uma companhia Chilena possui o controle de uma empresa localizada no Brasil, para fins de consolidação, é necessário converter os estados financeiros da empresa Brasileira para moeda Chilena e de acordo com os princípios contábeis aceitos no Chile. Tal conversão foi tratada no item anterior. Com isso, podemos fazer a consolidação dos estados financeiros.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações contábeis da matriz e as de suas subsidiárias são combinadas, através da adição de itens da mesma natureza de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Em seguida, para que as demonstrações contábeis consolidadas apresentem informações financeiras do grupo como as de uma única empresa, é necessário que:

- a) Sejam eliminados o valor contábil do investimento da matriz em cada subsidiária e a parte possuída pela matriz no patrimônio líquido de cada subsidiária;
- b) Seja identificado e ajustado, contra o lucro do grupo, o interesse minoritário no lucro líquido das subsidiárias consolidadas, referente ao período, a fim de chegar ao lucro líquido atribuível aos donos da matriz;
- c) Sejam identificados e apresentados no balanço consolidado, separadamente do passivo e do capital contábil da matriz, os interesses minoritários no patrimônio líquido das subsidiárias consolidadas.
- d) Sejam eliminados os saldos e transações intergrupo e lucros daí resultantes, assim como os prejuízos não realizados.

O interesse minoritário, citado acima, corresponde a participação, não majoritária, de pessoas jurídicas ou físicas nas ações da empresa. No caso de uma empresa controladora deter 65% das ações de uma companhia, os 35% restantes pertencem a sócios minoritários, e a aplicação desse percentual no patrimônio e nos lucros da companhia controlada é o que denominamos interesse minoritário.

As demonstrações contábeis devem ser preparadas utilizando critérios contábeis uniformes para transações e eventos semelhantes em circunstância semelhantes. No caso de uma empresa componente do grupo utilizar critérios contábeis diferentes dos adotados nas demonstrações contábeis consolidadas, é necessário fazer-se ajustes nas demonstrações contábeis dessa companhia.

Pode ocorrer de a controladora encerrar seu balanço em data distinta de uma ou mais de suas controladas. Nesse caso, a controlada deve preparar demonstrações contábeis para fins de consolidação para períodos coincidentes com o da controladora.

## CONCLUSÕES

Os processos de integração entre países e a formação de blocos econômicos representam um novo fator de reordenação e de estabilização do mundo moderno. As empresas de países em desenvolvimento iniciam decididas políticas para internacionalizar seus mercados e suas produções, competindo diretamente com países de primeiro mundo.

Para se desenvolverem, as empresas necessitam de informações, ágeis e confiáveis, com vistas à tomada de decisões, e o contador é o responsável por fornecer estas informações e assessorar o empresário a interpreta-las e melhor utiliza-las.

Por isso, numa economia globalizada, a visão do contador deve ser também globalizada. Acabou a fase do contador tomar conhecimento apenas da legislação do seu país. Mesmo que ele trabalhe para uma média empresa, pode ser surpreendido com perguntas do empresário de como investir na Argentina, no Uruguai, no Chile ou nos Estados Unidos. Se os contadores não tiverem preparados para dar essas respostas, certamente vão perder espaço para outras profissões.

Nesse contexto de globalização, a contabilidade desempenha papel importantíssimo e enfrenta um problema com relação às normas diferenciadas em cada país. Esse problema, à primeira vista, parece simples, porém é de grande complexidade, uma vez que o sistema contábil de cada nação reflete aspectos históricos, culturais e econômicos. Logo, a hipótese de se copiar um sistema contábil de um país para o outro não funciona.

Atualmente, os resultados apresentados por algumas empresas multinacionais, que devam preparar seus estados financeiros de acordo com normas de dois ou mais países, são bastante distintos. A globalização requer uma linguagem comum e a contabilidade, como linguagem que quantifica os fatos econômicos, deve buscar a utilização de normas harmonizadas.

No presente trabalho, pôde-se ter uma visão geral das normas contábeis adotadas no Brasil e no Chile. Ambos os países desenvolveram sistemas próprios de normas. No Chile, a profissão contábil está plenamente desenvolvida e tem emitido vários pronunciamentos, produzidos por comissões técnicas do Colégio de Contadores de Chile, que é a entidade que controla o exercício da contabilidade no país.

Ficou constatado que não há diferenças marcantes entre as normas de um e outro país, já que ambos os países, apesar de possuírem sistema próprio de normas, orientam-se e consideram nos seus estudos as Normas Internacionais de Contabilidade.

Não se pode negar que a tendência atual no cenário contábil é o de harmonização de normas contábeis a nível mundial. E com esse intuito, o Brasil e o Chile têm participado, ativa e diretamente, através de organizações como o IBRACON e o Colégio de Contadores de Chile de estudos que contribuem para que essa integração se faça realidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Consolidação de demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 1991.
- Arthur Andersen e FIPECAFI. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- CAMARGO, Ynel Alves de. Todos nós somos contabilistas. Harmonização das normas, não dos princípios. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 113, p. 12-12, setembro/outubro de 1998.
- CERON, Jorge Fernandez. **Contabilidad internacional**. Santiago de Chile: Editorial jurídica Conosur Ltda, 1998.
- Chilectra (1997). **Memória Anual 1997**. Chilectra, Santiago.
- Circular nº 239 da Superintendencia de Valores y Seguros, Chile.
- Colégio de Contadores de Chile. **Boletim Técnico nº 1 ao Boletim Técnico nº 64**. Editado pelo Colégio de Contadores de Chile. Santiago.
- Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
- Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Curso sobre temas contábeis: uma contribuição à educação continuada do profissional da contabilidade - 4**. São Paulo: Atlas, 1991.
- Deloitte & Touche. **Seminário inversiones permanentes en el exterior**. Santiago, 1998.
- IBRACON. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo, 1998.
- IBRACON. **Princípios contábeis**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Lei das S.A. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Lei nº 18.046. **Ley sobre sociedades anónimas.** 1982. Superintendencia de Valores y Seguros, Chile.

MAION, José Aparecido, ANDRADE, Guy Almeida. **Problemas brasileiros na normatização contábil.** Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, vol 1, Fortaleza, outubro, 1996.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RAMLOW, Débora Simoni, SILVA, Guilherme Júlio da. **Demonstrações contábeis: Um estudo sobre Argentina e Brasil.** *Revista Brasileira de Contabilidade*, nº 106, p. 68-78, julho/agosto de 1997.

SANTISO, Horácio López. **Um modelo contábil globalizador: El Modelo de Valores Económico-Contable.** *Revista Brasileira de Contabilidade*, nº 100, p. 68-78, julho/agosto de 1996.

## ANEXOS

MODELO DE FOLHA DE TRABALHO DE CONVERSÃO PARA DÓLAR SEGUINDO CRITÉRIOS APLICADOS NO CHILE

EMPRESA X

EM REALES Y DOLARES		Out/99 R\$	TIPO DE CAMBIO	VALOR EM US\$	AJUSTES DEBITO US\$	AJUSTES CREDITO US\$	SALDO AJUSTADO US\$	AJUSTES CH GAAP DEBITO	AJUSTES CH GAAP CREDITO	SALDO CH GAAP AJUSTADO
Disponível			1,7220							
111 01	Caixa									
111 03	Bancos	10.186.390,24	1,7220	5.915.441,49			5.915.441,49			5.915.441,49
111 09	Fundo Rotativo de Caja	155.451,59	1,7220	90.273,86			90.273,86			90.273,86
111 51	Aplicaciones en mercado abierto	50.573.476,88	1,7220	29.369.034,08			29.369.034,08			29.369.034,08
111 91	Remesas em transito	274.033,00	1,7220	159.136,47			159.136,47			159.136,47
<b>Total Disponible</b>		<b>81.189.351,51</b>		<b>35.533.885,89</b>			<b>35.533.885,89</b>			<b>35.533.885,89</b>
112 01	Consumidores-Fornecim Faturado	108.484.048,56	1,7220	62.958.866,70			62.958.866,70			62.958.866,70
112 03	Energia entregada y no facturada	25.475.569,02	1,7220	14.794.174,81			14.794.174,81			14.794.174,81
112 05	Consumidores-Servicio Taxado	1.037.933,50	1,7220	602.748,84			602.748,84			602.748,84
112 07	Consumid. - participacion Financiera	685.570,20	1,7220	398.124,39			398.124,39			398.124,39
112 08	Consumidores - Otros Creditos	3.871.555,38	1,7220	2.248.290,00			2.248.290,00			2.248.290,00
112 09	Consum (-) Arrec em Proc de Classif									
112 11	Revendedores-Suportemto Faturado	272.246,44	1,7220	158.098,88			158.098,88			158.098,88
112 22	Rendas a Recibir-encar. divid.juro.tasa	292.607,67	1,7220	169.923,15			169.923,15			169.923,15
112 51	Fracionemto de Energia	23.139.258,46	1,7220	13.437.432,32			13.437.432,32			13.437.432,32
112 59 1	Cheques rechazados (em cobranca)	530.655,81	1,7220	308.162,38			308.162,38			308.162,38
112 61	Provisión cobranza dudosa (-)	(28.853.118,35)	1,7220	(17.336.304,50)			(17.336.304,50)			(17.336.304,50)
<b>Total Deudores por Venta</b>		<b>133.936.328,49</b>		<b>77.779.517,13</b>			<b>77.779.517,13</b>			<b>77.779.517,13</b>
121 51	Deudores p/ Venta - Largo Plazo	1.283.144,59	1,7220	745.147,85			745.147,85			745.147,85
<b>Total Deud. p/ Venta-LP</b>		<b>1.283.144,59</b>		<b>745.147,85</b>			<b>745.147,85</b>			<b>745.147,85</b>
112 41	Deudores Varios	974.733,95	1,7220	566.047,59			566.047,59			566.047,59
Cuentas por cobrar al personal										
Vacaciones										
113 04 1	Ferías	44.128,50	1,7220	25.825,15			25.825,15			25.825,15
113 04 2	Abono pecuniario de ferías	35.333,89	1,7220	20.519,10			20.519,10			20.519,10
113 04 3	Gratificación de Fenas	33.517,06	1,7220	19.464,03			19.464,03			19.464,03
113 04 4	13º Salario	877.736,56	1,7220	509.719,26			509.719,26			509.719,26
113 04 9	Diversos	13.809,36	1,7220	8.019,37			8.019,37			8.019,37
112 53	Deudores venta bienes em desuso	14.633,41	1,7220	8.497,82			8.497,82			8.497,82
112 95	Servicios em curso-Servicio Pedido	1.716.521,53	1,7220	996.818,60			996.818,60			996.818,60
112 99	Servicios em curso-Otros	2.719.098,73	1,7220	1.579.383,70			1.579.383,70			1.579.383,70
112 32	Financiamtos Rebassados	240.784,41	1,7220	139.828,34			139.828,34			139.828,34
112 49	Deved.Diversos-Outros Devedores	2.267.038,16	1,7220	1.316.514,61			1.316.514,61			1.316.514,61
112 59 9	Diversos Devedores	823.733,11	1,7220	478.358,37			478.358,37			478.358,37
112 91	Desatv em Curso-Técnico Operacional	26.530,34	1,7220	15.406,70			15.406,70			15.406,70
<b>Total de Deudores Varios</b>		<b>9.788.197,11</b>		<b>5.884.202,74</b>			<b>5.884.202,74</b>			<b>5.884.202,74</b>
121 32	Financiamtos Rebassados	2.038.050,31	1,7220	1.183.536,77			1.183.536,77			1.183.536,77
121 58	Otros Creditos-Emo Compulsório	256.386,96	1,7220	148.889,06			148.889,06			148.889,06
121 88	FCT/Conta-Empresa	63.503,07	1,7220	36.877,51			36.877,51			36.877,51
121 91	Depositos vinculados a Litigios	7.783.681,16	1,7220	4.520.128,43			4.520.128,43			4.520.128,43
<b>Total Deud. Varios-LP</b>		<b>10.141.601,50</b>		<b>5.889.431,77</b>			<b>5.889.431,77</b>			<b>5.889.431,77</b>
Existencias										
112 74 1	Materiales par marientemto	3.812.737,35	1,7220	2.214.133,19			2.214.133,19			2.214.133,19
112 74 5	Materiales Emoprestado	166.178,95	1,7220	96.503,46			96.503,46			96.503,46
112 74 6	Destinado a Altemção									
112 75	Existencias por Recibir	550.677,60	1,7220	325.016,03			325.016,03			325.016,03
<b>Total Existencias</b>		<b>4.538.593,90</b>		<b>2.635.652,67</b>			<b>2.635.652,67</b>			<b>2.635.652,67</b>
113 03	Seguros		1,7220							
113 09	Paqamentos Antecipados - Otros	20,89	1,7220	12,02			12,02			12,02
<b>Total gastos pag.pv antec.</b>		<b>20,89</b>		<b>12,02</b>			<b>12,02</b>			<b>12,02</b>
Activo fijo										
132 11	Terrenos	2.217.389,99	hist	1.942.095,03	818.111,74	1.942.095,03	818.111,74			818.111,74
132 31	Edificios, Obras civiles, mejoras	40.366.330,68	hist	35.119.313,24	19.414.773,39	35.119.313,24	19.414.773,39			19.414.773,39
132 41	Maquinarias y equipamientos	922.819.963,36	hist	796.367.289,15	1.018.701.105,38	796.367.289,15	1.018.701.105,38			1.018.701.105,38
132 51	Vehiculos	20.387.971,21	hist	17.515.122,69	9.589.780,81	17.515.122,69	9.589.780,81			9.589.780,81
132 61	Muebles y enseres	4.603.551,84	hist	4.044.407,05	1.308.677,61	4.044.407,05	1.308.677,61			1.308.677,61
Retasacion activo fijo										
132 91	Imobilizaciones em curso	57.376.911,00	hist	48.870.720,18	44.844.972,32	48.870.720,18	44.844.972,32			44.844.972,32
132 94	Imobilizaciones em curso	25.317.018,33	hist	21.267.835,69	20.432.541,01	21.267.835,69	20.432.541,01			21.267.835,69
132 95	Imobilizaciones em curso	635.530,61	hist	350.132,60	475.875,06	350.132,60	475.875,06			475.875,06
132 96	Imobilizaciones em curso	3.541.068,55	hist	2.281.997,83	2.732.439,45	2.281.997,83	2.732.439,45			2.732.439,45
Oblig especiales financiamto activo fijo										
<b>Total Activo Fijo</b>		<b>1.077.285.735,57</b>		<b>927.758.723,48</b>	<b>1.118.318.276,77</b>	<b>946.781.904,80</b>	<b>1.105.295.095,43</b>			<b>1.105.295.095,43</b>
Depreciacion										
132 35	Depreciacion edificios y otros	16.510.303,25	hist	14.296.842,12	14.296.842,12	564.317,11	564.317,11			564.317,11
132 45	Depreciacion maquinaria y equipo	375.873.949,38	hist	324.350.733,27	324.350.733,27	33.092.386,64	33.092.386,64			33.092.386,64
132 55	Depreciacion unidades de transporte	4.908.727,21	hist	3.838.465,09	3.838.465,09	1.297.929,49	1.297.929,49			1.297.929,49
132 65	Depreciacion muebles y enseres	1.881.193,24	hist	1.604.168,67	1.604.168,67	96.321,64	96.321,64			96.321,64
<b>Total Depreciacion</b>		<b>398.974.173,88</b>		<b>344.090.209,15</b>	<b>344.090.209,15</b>	<b>35.050.954,88</b>	<b>35.050.954,88</b>			<b>35.050.954,88</b>
<b>Total Activo Fijo Neto</b>		<b>678.291.561,69</b>		<b>583.668.514,31</b>	<b>774.228.067,62</b>	<b>905.730.949,92</b>	<b>1.070.244.140,55</b>			<b>1.070.244.140,55</b>
133	Impuesto Diferido	3.207.012,96	1,7220							
131 59	Impuesto Diferido	58.272.800,78	1,7220	33.840.186,28			33.840.186,28			33.840.186,28
<b>Total Impuesto Diferido</b>		<b>58.272.800,78</b>		<b>33.840.186,28</b>			<b>33.840.186,28</b>			<b>33.840.186,28</b>
112 44	Impuesto por Recubierar	10.115.840,25	hist	13.096.760,48			13.096.760,48			13.096.760,48
113 03	Seguros	127.213,87	hist	18.300,24			18.300,24			18.300,24
131 05	Inversiones - Acciones	386.093,18	hist	326.477,43			326.477,43			326.477,43
Menor valor										
131 61	Inversiones - Derechos Adquiridos	6.682,19	hist	5.877,04			5.877,04			5.877,04
132 01	Inanquivies	718.366,87	hist	631.809,03			631.809,03			631.809,03
<b>Total</b>		<b>11.354.196,36</b>		<b>14.077.224,22</b>			<b>14.077.224,22</b>			<b>14.077.224,22</b>
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>972.002.810,88</b>		<b>758.853.774,87</b>	<b>774.228.067,62</b>	<b>905.730.949,92</b>	<b>1.246.429.401,11</b>			<b>1.246.429.401,11</b>

EM REALES Y DOLARES		Out/99	TIPO DE CAMBIO	VALOR EM US\$	AJUSTES DEBITO US\$	AJUSTES CREDITO US\$	SALDO AJUSTADO US\$	AJUSTES CH GAAP DEBITO	AJUSTES CH GAAP CREDITO	SALDO CH GAAP AJUSTADO
211.62	Obliq./Bco. e Inst. Financeira Porción corriente	36.345.696,70	1,7220	21.106.676,36	-	-	21.106.676,36	-	-	21.106.676,36
221.62	Parcela a curto prazo-Emo Financ Porción no corrente	106.625.094,67	1,7220	61.919.334,88	-	-	61.919.334,88	-	-	61.919.334,88
	<b>Total Obliq./Bco. e Inst. Financeira</b>	<b>142.970.791,37</b>		<b>83.026.011,25</b>			<b>83.026.011,25</b>			<b>83.026.011,25</b>
211.05	Cuentas por Pagar Fornec. Faturas processadas	9.538.662,68	1,7220	5.539.293,08	-	-	5.539.293,08	-	-	5.539.293,08
211.06	Fornec. Provisão	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.04	CHESF	23.300.177,81	1,7220	13.530.861,42	-	-	13.530.861,42	-	-	13.530.861,42
	<b>Total Cuentas por Pagar</b>	<b>32.838.840,49</b>		<b>19.070.174,50</b>			<b>19.070.174,50</b>			<b>19.070.174,50</b>
211.21.12	Acredores Vários Eleiobras	63.067,33	1,7220	36.624,47	-	-	36.624,47	-	-	36.624,47
211.21.15	Instituições Financeiras	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.21.17	Fundo de Reversão Aplicado	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.21.19	Diversos Credores	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.21.35	Instituições Financeiras	281.637,00	1,7220	163.552,26	-	-	163.552,26	-	-	163.552,26
211.71	Credores Diversos - Consumidores	6.990.330,16	1,7220	4.059.425,19	-	-	4.059.425,19	-	-	4.059.425,19
211.79	Credores Diversos - Outros Credores	12.527,80	1,7220	7.275,15	-	-	7.275,15	-	-	7.275,15
211.89	Obrigações Estimadas - Outras	88.548.823,29	1,7220	51.422.060,89	-	-	51.422.060,89	-	-	51.422.060,89
211.93	Outras Obrig. Cauções em Garantia	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.98	Outras Obrig. Adiantamentos	803.179,28	1,7220	466.422,35	-	-	466.422,35	-	-	466.422,35
211.99.3	Taxa de Impl. Arrecadaada	6.969.719,30	1,7220	4.047.456,04	-	-	4.047.456,04	-	-	4.047.456,04
211.99.5	Abonos e Rendimentos do PIS/PASEP	4.623,84	1,7220	2.685,16	-	-	2.685,16	-	-	2.685,16
211.99.9	Diversas	40,00	1,7220	23,23	-	-	23,23	-	-	23,23
	<b>Total Acredores Vários</b>	<b>103.673.948,02</b>		<b>60.205.544,73</b>			<b>60.205.544,73</b>			<b>60.205.544,73</b>
211.35.3	Provisões Porción corriente	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.82	FGTS	4.407.425,45	1,7220	2.559.480,52	-	-	2.559.480,52	-	-	2.559.480,52
211.83	Obrig. Estimadas-Folha de Pagamento	1.628.543,81	1,7220	945.728,11	-	-	945.728,11	-	-	945.728,11
221.71	Obrig. Estimadas-Encargos Sociais	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total Provisões</b>	<b>1.121.817,29</b>		<b>651.461,84</b>			<b>651.461,84</b>			<b>651.461,84</b>
211.15.2	Retenciones Impuesto	335.611,89	1,7220	194.896,57	-	-	194.896,57	-	-	194.896,57
211.39.2	Imposto de Renda	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.39.5	Imposto Predial e Territorial	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.39.3	ICMS	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.91	Diversas	5.151.569,95	1,7220	2.991.620,18	-	-	2.991.620,18	-	-	2.991.620,18
211.32	Obrigações Estimadas-imposto de Renda	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.34	Tributos e Cont. Social - IRRF	19.873.813,35	1,7220	11.541.123,08	-	-	11.541.123,08	-	-	11.541.123,08
211.91	Tributos e Cont. Social - ISSRF	7.056.115,74	1,7220	4.097.628,19	-	-	4.097.628,19	-	-	4.097.628,19
211.91	Outras Obrig. Enc. Consum. a Recolher	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.15.1	Contribuciones	174.964,75	1,7220	101.605,55	-	-	101.605,55	-	-	101.605,55
211.15.3	Contrib. a Prev. Social	48.606,06	1,7220	28.226,52	-	-	28.226,52	-	-	28.226,52
211.35.1	Contribuições Recolhíveis ao INSS	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.35.2	Contribuição Adicional ac SENAI	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.35.4	PIS/PASEP	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.35.5	Contribuição Social	1.526.812,31	1,7220	886.708,66	-	-	886.708,66	-	-	886.708,66
211.35.9	Diversos	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.36	Tributos e Cont. Social -rel. trab. autônomo	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.11	Remuneraciones por pagar	1.397.051,79	1,7220	811.760,62	-	-	811.760,62	-	-	811.760,62
211.41	Folha de Pagamento-Remuneracões	16.331,30	1,7220	9.483,91	-	-	9.483,91	-	-	9.483,91
211.49	Participações nos Lucros	13.677.960,80	1,7220	7.943.078,28	-	-	7.943.078,28	-	-	7.943.078,28
211.03	Dividendos Declarados	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.03	Depósitos y retenc. em garantias Fornecedores-Retencão Contratual	259,10	1,7220	150,46	-	-	150,46	-	-	150,46
211.19.6	Retenciones Judiciales	73.629,39	1,7220	42.758,07	-	-	42.758,07	-	-	42.758,07
211.19.2	Pensão Alimenticia Judicial	-	1,7220	-	-	-	-	-	-	-
211.19.3	Retenciones a empleados	383.972,75	1,7220	222.980,69	-	-	222.980,69	-	-	222.980,69
211.19.4	Entidade de Prev.Priv aos Empregados	19.095,16	1,7220	11.088,94	-	-	11.088,94	-	-	11.088,94
211.19.4	Sindicato de Classe	13.677,76	1,7220	7.942,95	-	-	7.942,95	-	-	7.942,95
211.19.5	Associação de Classe	30.072,40	1,7220	17.463,65	-	-	17.463,65	-	-	17.463,65
211.19.9	Prêmios de Seguro	436,00	1,7220	253,19	-	-	253,19	-	-	253,19
	<b>Total Retenciones</b>	<b>49.780.901,10</b>		<b>28.908.769,51</b>			<b>28.908.769,51</b>			<b>28.908.769,51</b>
222.81	Contribuciones Financieras Otras Finanzaciones	1.361.292,27	hst	1.125.965,00	1.125.965,00	-	-	-	-	-
222.85	Obrig. Especiais-Reversão	105.611.502,17	hst	86.265.957,97	86.265.957,97	-	-	-	-	-
222.86	Obrig. Especiais-Partic. Fin. Consumidor	40.762.875,40	hst	39.766.514,37	39.766.514,37	-	-	-	-	-
222.87	Obrig. Especiais-Participações da União	15.949.553,06	hst	13.192.352,00	13.192.352,00	-	-	-	-	-
222.89	Obrig. Especiais-Outras	664.538,38	hst	549.660,00	549.660,00	-	-	-	-	-
	<b>Total Contrib. Financieras</b>	<b>172.349.761,28</b>		<b>140.900.449,34</b>	<b>140.900.449,34</b>					
241.01	Capital Capital Pago	433.057.722,64	hst	374.293.624,00	-	-	374.293.624,00	-	-	374.293.624,00
242.65	Reservas de Capital	12.629.465,58	hst	10.391.102,21	-	-	10.391.102,21	-	-	10.391.102,21
244.01	Reserva retencion tecnica	-	hst	502.471.767,00	-	-	502.471.767,00	-	-	502.471.767,00
245.02	Reserva legal	1.932.580,56	hst	1.639.812,30	-	-	1.639.812,30	-	-	1.639.812,30
246.01	Rec. Dest. Aum. Capital	6.227,00	hst	5.382,00	-	-	5.382,00	-	-	5.382,00
7	Obrigações especiais	-	hst	127.877.268,00	-	-	127.877.268,00	-	-	127.877.268,00
	Resultado Acumulado	-	hst	(4.613.505,00)	-	-	(4.613.505,00)	-	-	(4.613.505,00)
	Resultado do Período	15.604.785,49	proc	8.325.194,79	-	-	8.325.194,79	-	-	8.325.194,79
	<b>Total Capital</b>	<b>483.230.781,27</b>		<b>1.020.390.645,80</b>			<b>1.020.390.645,80</b>			<b>1.020.390.645,80</b>
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>972.002.810,08</b>		<b>1.356.658.765,60</b>	<b>140.900.449,34</b>		<b>1.214.202.866,23</b>		<b>32.226.710,88</b>	<b>1.246.429.577,11</b>

EMPRESA X  
Estado de resultados

EM REALES Y DOLARES	Out/99	TIPO DE CAMBIO	VALOR EM US\$	AJUSTES DEBITO US\$	AJUSTES CREDITO US\$	SALDO AJUSTADO US\$	AJUSTES CH GAAP DEBITO	AJUSTES CH GAAP CREDITO	SALDO CH GAAP AJUSTADO
		1,8752							
Ingresos									
Ingresos de explotación	125.505.272,58	1,8752	69.615.065,27			69.615.065,27			69.615.065,27
Costos de explotación	67.876.700,80	1,8752	35.401.168,29	3.977.872,43	2.422.746,40	36.956.294,32			36.956.294,32
Resultado de explotación	57.628.571,78		34.213.896,98	(3.977.872,43)	(2.422.746,40)	32.658.770,95	0,00	0,00	32.658.770,95
Gastos de administración y ventas	30.160.529,96	1,8752	18.903.497,31			18.903.497,31			18.903.497,31
Resultado operacional	27.468.041,82		15.310.399,67	(3.977.872,43)	(2.422.746,40)	13.755.273,64	0,00	0,00	13.755.273,64
Ingresos financieros	8.216.628,00	1,8752	4.470.381,88			4.470.381,88			4.470.381,88
Otros ingresos fuera de explotación	823.800,52	1,8752	448.128,19			448.128,19			448.128,19
Egresos financieros	10.218.742,12	1,8752	5.963.302,28			5.963.302,28			5.963.302,28
Egresos excepcionales netos	1.199.833,68	1,8752	665.424,71			665.424,71			665.424,71
Corrección monetaria	0,00	1,8752	-			0,00			-
Amortización menor valor	0,00	1,8752	-			0,00			-
Interés minoritarios	0,00	1,8752	-			0,00			-
Ajuste por remediación	0,00	1,8752	-			0,00		32.226.710,88	(32.226.710,88)
Impuesto a la renta	9.485.109,05	1,8752	5.274.987,95			5.274.987,95			5.274.987,95
Otros impuestos	0,00	1,8752	-			0,00			-
Participaciones	0,00	1,8752	-			0,00			-
Resultado del periodo	15.604.785,49		8.325.194,79	(3.977.872,43)	(2.422.746,40)	6.770.068,76	0,00	(32.226.710,88)	36.996.779,64

Os valores lançados no ativo fixo referem-se a retirada dos valores convertidos diretamente pelo câmbio de encerramento, e entrada dos valores históricos controlados extra-contabilmente, sendo aplicado a esses valores a reavaliação. Essa reavaliação só é aplicada às normas chilenas.

Os débitos nas contas de obrigações especiais referem-se a retirada desses valores, pois para normas chilenas essa conta não existe.

O crédito na coluna ajustes chilean gaap crédito na linha resultado do periodo refere-se ao valor do ajuste de conversão.

Os ajustes na conta custos de exploração referem-se ao ajuste no valor da depreciação, devido à reavaliação.

MODELO DE FOLHA DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO		EMPRESA X	EMPRESA Y	EMPRESA Z	TOTAL	Ajustes consolidação débito	Ajustes consolidação crédito	Saldo consolidado
211 82	Oblig. c/ Bco. e Inst. Financiera	-	10.368.644,35	61.235.620,38	71.602.264,74	-	-	71.602.264,74
	Porción corriente	-	-	-	-	-	-	-
	Parcela a curto prazo-Emp Financ.	-	-	-	-	-	-	-
	Porción no corriente	-	-	-	-	-	-	-
221 82	Oblig. c/ bco. / Inst. Financ.	63.116.821,98	69.736.364,98	81.235.620,38	204.455.451,70	63.116.821,98	-	141.338.629,72
	Obligaciones vencibles após 01 ano	63.116.821,98	80.103.009,34	81.235.620,38	204.455.451,70	63.116.821,98	-	141.338.629,72
211 05	Cuentas por Pagar	17.380,62	7.328.444,67	-	7.343.825,29	-	-	7.343.825,29
211 06	Fornec Faturas processadas	-	-	-	-	-	-	-
211 04	Fornec Provisão	-	13.264.491,43	-	13.264.491,43	-	-	13.264.491,43
	CHESEF	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total Cuentas por Pagar</b>	<b>17.380,62</b>	<b>20.590.936,10</b>	<b>-</b>	<b>20.608.316,72</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.608.316,72</b>
211 21 12	Acredores Vários	-	10.665,53	-	10.665,53	-	-	10.665,53
211 21 15	Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	-
211 21 17	Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	Fundo de Reversão Aplicado	-	-	-	-	-	-	-
211 21 19	Diversos Credores	7.895,19	-	-	7.895,19	-	-	7.895,19
211 21 35	Instituições Financeiras	-	63.566,69	-	63.566,69	-	-	63.566,69
211 71	Credores Diversos - Consumidores	-	3.244.775,16	-	3.244.775,16	-	-	3.244.775,16
211 79	Credores Diversos - Outros Credores	-	7.079,85	1.032,51	8.112,36	-	-	8.112,36
211 89	Obrigaciones Estimadas - Outras	33.064,44	52.905.160,70	-	52.938.225,14	-	-	52.938.225,14
211 93	Outras Obrig Cauções em Garantia	-	-	-	-	-	-	-
211 98	Outras Obrig - Adiantamentos	-	513.260,53	-	513.260,53	-	-	513.260,53
211 99 3	Taxa de I Publ. Arrecadaada	-	3.628.445,40	-	3.628.445,40	-	-	3.628.445,40
211 99 5	Abonos e Rendimentos do PIS/PASEP	-	2.613,08	-	2.613,08	-	-	2.613,08
211 99 9	Diversas	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total Acredores Vários</b>	<b>40.959,63</b>	<b>60.375.566,92</b>	<b>1.032,51</b>	<b>60.417.559,07</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.417.559,07</b>
211 35 3	Provisiones	-	-	-	-	-	-	-
	Porción corriente	-	-	-	-	-	-	-
211 82	FGTS	-	-	-	-	-	-	-
211 82	Obrig Estimadas-Folha de Pagamento	-	3.267.581,41	-	3.267.581,41	-	-	3.267.581,41
211 83	Obrig Estimadas-Encargos Sociais	-	1.207.362,25	-	1.207.362,25	-	-	1.207.362,25
	Porción no corriente	-	-	-	-	-	-	-
221 71	FGTS/Conta Empresa	-	12.748.126,89	-	12.748.126,89	-	-	12.748.126,89
	<b>Total Provisiones</b>	<b>-</b>	<b>17.223.070,55</b>	<b>-</b>	<b>17.223.070,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.223.070,55</b>
211 15 2	Retenciones	-	159.715,41	-	159.715,41	-	-	159.715,41
	Impuesto	-	-	-	-	-	-	-
211 39 2	Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-
211 39 5	Imposto Predial e Territorial	-	-	-	-	-	-	-
211 39 9	ICMS	-	-	-	-	-	-	-
211 81	Diversos	-	-	-	-	-	-	-
211 81	Obrigaciones Estimadas-Imposto de Renda	-	6.216.440,12	-	6.216.440,12	-	-	6.216.440,12
	Tributos	-	-	-	-	-	-	-
211 32	Tributos e Cont Social - IRRF	-	14.885.389,31	-	14.885.389,31	-	-	14.885.389,31
211 34	Tributos e Cont Social - ISSRF	-	-	-	-	-	-	-
211 91	Outras Obrig. Enc Consum a Recolher	-	4.491.442,54	-	4.491.442,54	-	-	4.491.442,54
	Contribuciones	-	-	-	-	-	-	-
211 15 1	Contrib. a Prev Social	-	56.491,38	-	56.491,38	-	-	56.491,38
211 15 3	Contrib. Sindical	-	1.752,36	-	1.752,36	-	-	1.752,36
211 35 1	Contribuições Recolhivers ao INSS	-	-	-	-	-	-	-
211 35 2	Contribuição Adicional ao SENAI	-	-	-	-	-	-	-
211 35 4	PIS/PASEP	7.163,96	-	-	7.163,96	-	-	7.163,96
211 35 6	Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-
211 35 9	Diversos	-	-	-	-	-	-	-
211 36	Tributos e Cont Social -rel. trab. autónomo	-	-	-	-	-	-	-
	Remuneraciones por pagar	-	-	-	-	-	-	-
211 11	Folha de Pagamento-Remunerações	-	1.154.358,90	-	1.154.358,90	-	-	1.154.358,90
211 41	Participações nos Lucros	-	8.676,64	-	8.676,64	-	-	8.676,64
211 49	Dividendos Declarados	-	1.240,07	638.172,52	639.412,59	639.172,52	-	1.240,07
211 03	Depositos y retenc. em garantias	-	2.420,18	-	2.420,18	-	-	2.420,18
	Fornecedores-Retención Contratual	-	-	-	-	-	-	-
211 19 6	Retenciones Judiciales	-	45.743,59	-	45.743,59	-	-	45.743,59
	Pensão Alimenticia Judicial	-	-	-	-	-	-	-
	Retenciones a empleados	-	-	-	-	-	-	-
211 19 2	Entidade de Prev Priv aos Empregados	-	160.860,94	-	160.860,94	-	-	160.860,94
211 19 3	Sindicato de Classe	-	11.416,24	-	11.416,24	-	-	11.416,24
211 19 4	Associação de Classe	-	7.802,37	-	7.802,37	-	-	7.802,37
211 19 5	Prêmios de Seguro	-	21.275,93	-	21.275,93	-	-	21.275,93
211 19 9	Diversas	-	185,36	-	185,36	-	-	185,36
	<b>Total Retenciones</b>	<b>7.163,96</b>	<b>27.225.211,35</b>	<b>638.172,52</b>	<b>27.870.547,84</b>	<b>638.172,52</b>	<b>-</b>	<b>27.232.375,32</b>
222 81	Contribuciones Financieras	-	-	-	-	-	-	-
	Otras Financiaciones	-	-	-	-	-	-	-
222 85	Obrig Especiais-Reversão	-	-	-	-	-	-	-
222 86	Obrig Especiais-Partic. Fin. Consumidor	-	-	-	-	-	-	-
222 87	Obrig Especiais-Doações e Subvenções	-	-	-	-	-	-	-
222 88	Obrig Especiais-Participações da União	-	-	-	-	-	-	-
	Obrig Especiais-Outras	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total Cont. Financieras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
241 01	Participación minoritaria	870.794.327,00	374.293.624,00	-	1.245.087.951,00	374.293.624,00	506.894.539,36	506.894.539,36
242 65	Capital Pagado	-	-	-	-	-	-	-
242 65	Reservas de Capital	-	11.939.218,27	-	11.939.218,27	-	-	11.939.218,27
244 01	Reserva retasación tecnica	-	502.471.767,00	-	502.471.767,00	502.471.767,00	-	-
245 02	Reserva legal	1.203.744,00	1.639.812,80	-	2.843.556,80	1.639.812,80	-	1.203.744,00
245 02	Rec. Dest. Aum. Capital	-	5.382,00	-	5.382,00	-	-	5.382,00
248 01	Reserva variación patrimonial	(11.941.265,05)	-	-	(11.941.265,05)	-	-	(11.941.265,05)
	Obligaciones especiales	-	127.877.268,00	-	127.877.268,00	127.877.268,00	-	-
248 01	Resultado Acumulado jan a jun/98	16.192.850,88	(18.382.848,61)	-	(2.189.997,73)	-	18.382.848,61	16.192.850,88
	Resultado do Período	(17.624.331,84)	35.691.096,76	1.241.996,57	19.308.761,49	36.933.093,33	-	(17.624.331,84)
	<b>Total Capital</b>	<b>858.625.324,99</b>	<b>1.035.535.320,22</b>	<b>1.241.996,57</b>	<b>1.895.402.647,78</b>	<b>1.055.160.165,41</b>	<b>18.382.848,61</b>	<b>858.625.324,99</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>921.807.651,18</b>	<b>1.241.053.114,48</b>	<b>63.116.821,96</b>	<b>2.225.977.587,65</b>	<b>1.118.915.159,90</b>	<b>18.382.848,61</b>	<b>1.632.339.815,72</b>

MODELO DE FOLHA DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO		EMPRESA X	EMPRESA Y	EMPRESA Z	TOTAL	Ajustes consolidação debito	Ajustes consolidação credito	Saldo consolidado
<b>Disponível</b>								
111 01	Caixa	-	2 583 854,39	-	2 583 854,39	-	-	2 583 854,39
111 03	Bancos	0,57	154 282,55	-	154 282,55	-	-	154 282,55
111 09	Fondo Rotativo de Caja	-	32 684 028,69	-	32 684 028,69	-	-	32 684 028,69
111 51	Aplicaciones em mercado abierto	890 370,21	31 793 859,49	-	32 684 229,70	-	-	32 684 229,70
111 91	Remesas em tránsito	-	865 182,41	-	865 182,41	-	-	865 182,41
<b>Total Disponible</b>		<b>890 370,77</b>	<b>35 396 978,85</b>	-	<b>36 287 349,62</b>	-	-	<b>36 287 349,62</b>
112 01	Consumidores-Fornecim Faturado	-	66 201 623,80	-	66 201 623,80	-	-	66 201 623,80
112 03	Energia entregada y no facturada	-	12 951 237,02	-	12 951 237,02	-	-	12 951 237,02
112 05	Consumidores-Servico Taxado	-	159 644,40	-	159 644,40	-	-	159 644,40
112 07	Consumid - participacion Financiera	-	335 487,62	-	335 487,62	-	-	335 487,62
112 08	Consumidores - Otros Creditos	-	1 753 739,47	-	1 753 739,47	-	-	1 753 739,47
112 09	Consum ( ) Arre em Plac. de Clasif	-	-	-	-	-	-	-
112 11	Reventadores-Supnmento Faturado	-	189 821,75	-	189 821,75	-	-	189 821,75
112 22	Rendas a Recibir-encar,dind,juro,tasa	-	159 340,35	-	159 340,35	-	-	159 340,35
112 51	Fracionamento de Energia	-	14 968 244,53	-	14 968 244,53	-	-	14 968 244,53
112 59 1	Cheques rechazados (em cobranca)	-	778 730,23	-	778 730,23	-	-	778 730,23
112 61	Provisión cobranza dudosa (-)	-	(17 880 003,04)	-	(17 880 003,04)	-	-	(17 880 003,04)
<b>Total Deudores por Venta</b>		-	<b>79 618 865,13</b>	-	<b>79 618 865,13</b>	-	-	<b>79 618 865,13</b>
<b>Deudores p/ Venta - Largo Plazo</b>		-	-	-	-	-	-	-
121 51	Fracionamento de Energia	-	1 001 515,25	-	1 001 515,25	-	-	1 001 515,25
<b>Total Deud.p/Venta-LP</b>		-	<b>1.001.515,25</b>	-	<b>1.001.515,25</b>	-	-	<b>1.001.515,25</b>
<b>Deudores Varios</b>		-	-	-	-	-	-	-
112 41	Cuentas por cobrar al personal	-	1 300 444,53	-	1 300 444,53	-	-	1 300 444,53
<b>Vacaciones</b>		-	-	-	-	-	-	-
113 04 1	Ferías	-	-	-	-	-	-	-
113 04 2	Abono pecuniario de ferias	-	-	-	-	-	-	-
113 04 3	Gratificación de Fenas	-	-	-	-	-	-	-
113 04 4	13° Salario	-	-	-	-	-	-	-
113 04 9	Diversos	-	-	-	-	-	-	-
112 53	Deudores venta bienes em desuso	-	8 269,80	-	8 269,80	-	-	8 269,80
112 95	Servicos em curso-Servico Pedido	-	3 363 750,76	-	3 363 750,76	-	-	3 363 750,76
112 99	Servicos em curso-Outros	-	-	-	-	-	-	-
112 32	Financiamientos Repasados	-	150 485,48	-	150 485,48	-	-	150 485,48
112 49	Deved Diversos-Outros Devedores	-	2 269 402,22	-	2 269 402,22	-	-	2 269 402,22
112 59 9	Diversos Devedores	642 364,50	-	-	642 364,50	-	-	642 364,50
112 91	Desativ em Curso-Tecnico Operacional	-	30 177,00	-	30 177,00	-	-	30 177,00
<b>Total de Deudores Varios</b>		<b>642.364,50</b>	<b>7.122.509,78</b>	-	<b>7.764.874,28</b>	-	-	<b>7.764.874,28</b>
121 32	Financiamientos Repasados	46 852 948,95	1 115 046,70	63 116 821,98	111 085 717,63	-	63 116 821,98	47 968 895,65
121 58	Otros Creditos- Emp Compulsorio	-	144 892,32	-	144 892,32	-	-	144 892,32
121 88	FGTS/Conta-Empresa	-	35 887,58	-	35 887,58	-	-	35 887,58
121 91	Depositos vinculados a Litigios	-	4 612 942,92	-	4 612 942,92	-	-	4 612 942,92
<b>Total Deud. Vários-LP</b>		<b>46.852.948,95</b>	<b>5.908.689,52</b>	<b>63.116.821,98</b>	<b>115.879.440,45</b>	-	<b>63.116.821,98</b>	<b>52.762.818,47</b>
<b>Existencias</b>		-	-	-	-	-	-	-
112 74 1	Materiales par mantenimiento	-	2 306 447,30	-	2 306 447,30	-	-	2 306 447,30
112 74 5	Materiales Empleado	-	93 912,94	-	93 912,94	-	-	93 912,94
112 74 6	Destinado a Almacen	-	(848 306,28)	-	(848 306,28)	-	-	(848 306,28)
112 75	Existencias por Recibir	-	187 041,49	-	187 041,49	-	-	187 041,49
<b>Total Existencias</b>		-	<b>1.738.095,44</b>	-	<b>1.738.095,44</b>	-	-	<b>1.738.095,44</b>
113 03	Seguros	-	-	-	-	-	-	-
113 09	Pagamentos Antecipados - Otros	-	0,00	-	0,00	-	-	0,00
<b>Total gastos pag.p/antec.</b>		-	<b>0,00</b>	-	<b>0,00</b>	-	-	<b>0,00</b>
<b>Activo fijo</b>		-	-	-	-	-	-	-
132 11	Terrenos	-	821 699,41	-	821 699,41	-	-	821 699,41
132 31	Edificios, Obras civiles, mejoras	-	19 431 874,91	-	19 431 874,91	-	-	19 431 874,91
132 41	Maquinarias y equipamientos	-	1 022 470 563,83	-	1 022 470 563,83	-	-	1 022 470 563,83
132 51	Vehiculos	-	9 692 863,98	-	9 692 863,98	-	-	9 692 863,98
132 61	Muebles y enseres	-	1 308 677,61	-	1 308 677,61	-	-	1 308 677,61
132 91	Retasación activo fijo	-	-	-	-	-	-	-
132 91	Inmovilizaciones em curso	-	51 937 974,19	-	51 937 974,19	-	-	51 937 974,19
132 94	Inmovilizaciones em curso	-	17 470 883,82	-	17 470 883,82	-	-	17 470 883,82
132 95	Inmovilizaciones em curso	-	104 400,51	-	104 400,51	-	-	104 400,51
132 96	Inmovilizaciones em curso	-	330 628,53	-	330 628,53	-	-	330 628,53
<b>Total Activo Fijo</b>		-	<b>15.543.172,49</b>	-	<b>15.543.172,49</b>	-	-	<b>15.543.172,49</b>
<b>Depreciación</b>		-	-	-	-	-	-	-
132 35	Depreciación edificios y otros	-	758 445,10	-	758 445,10	-	-	758 445,10
132 45	Depreciación maquina y equipo	-	45 375 503,04	-	45 375 503,04	-	-	45 375 503,04
132 55	Depreciación unidades de transporte	-	1 779 402,03	-	1 779 402,03	-	-	1 779 402,03
132 65	Depreciación muebles y enseres	-	129 037,27	-	129 037,27	-	-	129 037,27
<b>Total Depreciación</b>		-	<b>48.042.387,44</b>	-	<b>48.042.387,44</b>	-	-	<b>48.042.387,44</b>
<b>Total Activo Fijo Neto</b>		-	<b>1.059.984.006,86</b>	-	<b>1.059.984.006,86</b>	-	-	<b>1.059.984.006,86</b>
<b>Activo diferido</b>		-	-	-	-	-	-	-
121 59	Impuesto Diferido	-	34 124 078,10	-	34 124 078,10	-	-	34 124 078,10
<b>Total Impuesto Diferido</b>		-	<b>34.124.078,10</b>	-	<b>34.124.078,10</b>	-	-	<b>34.124.078,10</b>
112 44	Impuesto por Recuperar	-	14 155 443,13	-	14 155 443,13	-	-	14 155 443,13
113 03	Seguros	-	40 563,61	-	40 563,61	-	-	40 563,61
131 44	Inversiones - Acciones	529 882 777,42	326 477,43	-	530 209 254,85	-	529 882 777,42	326 477,43
131 51	Menor valor	342 901 017,02	-	-	342 901 017,02	-	-	342 901 017,02
131 61	Inversiones - Derachos Adquiridos	638 172,52	5 877,04	-	644 049,56	-	638 172,52	5 877,04
132 01	Intangivers	-	1 628 034,35	-	1 628 034,35	-	-	1 628 034,35
<b>Total</b>		<b>873.421.968,96</b>	<b>16.156.395,56</b>	-	<b>889.578.364,52</b>	-	<b>539.520.949,94</b>	<b>359.057.412,58</b>
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>821.807.651,18</b>	<b>1.241.053.114,48</b>	<b>63.116.821,98</b>	<b>2.225.977.587,65</b>	-	<b>593.637.771,92</b>	<b>1.632.339.815,72</b>

CONSOLIDADO  
Estado de resultados

CONSOLIDAÇÃO	EMPRESA X	EMPRESA Y	EMPRESA Z	TOTAL	Ajustes consolidação debito	Ajustes consolidação credito	Saldo consolidado
Ingresos							
Ingresos de explotación	19.462.301,47	144.478.351,81		163.940.653,28	19.462.301,47		144.478.351,81
Costos de explotación		99.293.202,61		99.293.202,61			99.293.202,61
Resultado de explotación	19.462.301,47	45.185.149,20	0,00	64.647.450,67	19.462.301,47	0,00	45.185.149,20
Gastos de administración y ventas	64.182,44	18.903.497,31	385,00	18.968.064,75			18.968.064,75
Resultado operacional	19.398.119,03	26.281.651,89	(385,00)	45.679.385,92	19.462.301,47	0,00	26.217.084,46
Ingresos financieros	6.283.025,74	8.902.762,31	4.095.825,90	19.281.613,95	4.095.825,90		15.185.788,05
Otros ingresos fuera de explotación		987.168,37		987.168,37			987.168,37
Egresos financieros	4.101.930,70	10.726.490,65	2.853.444,33	17.681.865,67		4.095.825,90	13.586.039,77
Egresos excepcionales netos		1.887.400,53		1.887.400,53			1.887.400,53
Corrección monetaria							0,00
Amortización menor valor	9.023.710,98			9.023.710,98			9.023.710,98
Interes minoritarios					17.470.791,87		17.470.791,87
Ajuste por remediación	29.905.450,20	(19.572.547,05)		10.332.903,15			10.332.903,15
Impuesto a la renta		7.335.675,37		7.335.675,37			7.335.675,37
Otros impuestos	274.384,73			274.384,73			274.384,73
Participaciones		101.466,32		101.466,32			101.466,32
Resultado del periodo	(17.624.331,84)	35.691.098,76	1.241.998,57	19.308.761,49	6.087.335,50	(4.095.825,90)	(17.624.331,84)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA FOLHA DE TRABALHO

A empresa X é a controladora, possuindo uma participação de 51,05% nas ações da empresa Y e de 100% na empresa Z. Os sócios minoritários participam da empresa Y com o restante das ações, que representa 48,95%.

DISCRIMINAÇÃO DOS AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO

O valor de R\$ 63.116.821,98 refere-se ao valor total de um empréstimo que a empresa X tomou com a empresa Z.

O valor de R\$ 638.172,52 corresponde aos dividendos a distribuir da empresa Z, que representa um direito da empresa X.

O valor de R\$ 529.882.772,42, que configura no investimento refere-se a eliminação da participação da empresa X nas empresas Y e Z, sendo este valor correspondente a 51,05% do patrimônio líquido da empresa Y e 100% do patrimônio líquido da empresa Z.

O valor de R\$ 506.894.539,36 corresponde a participação dos acionistas minoritários, que equivale a 48,95% do patrimônio líquido da empresa Y.

Os valores do patrimônio líquido lançados como ajustes refere-se a eliminação do patrimônio das empresas Y e Z.

O valor de R\$ 4.095.825,90 refere-se aos juros incidentes no empréstimo que a controladora tomou com a empresa Z, representado por uma receita para a empresa Z e uma despesa para a empresa X.

O valor de R\$ 19.462.301,47 refere-se a eliminação dos resultados das controladas, sendo este valor correspondente a 51,05% do resultado da empresa Y e 100% do resultado da empresa Z.

O valor de R\$ 17.470.791,87 corresponde à participação dos sócios minoritários no resultado da controlada Y, representando 48,95% do resultado desta.